

BOA MORTE

**DAS MEMÓRIAS DE FILHINHA
ÀS LITOGRAVURAS DE MARAGOGIPE**

FACULDADE 2 DE JULHO

Diretor Geral

JOSUÉ DA SILVA MELLO

Diretor de Administração e Finanças

SÉRGIO MIRANDA SOUSA

Coordenação Pedagógica e Acompanhamento Acadêmico

TECLA DIAS DE OLIVEIRA MELLO

Assessor de Comunicação

SILVIO CÉSAR TUDELA

Secretario Acadêmico

FABIANO PEIXINHO

Coordenação da Biblioteca

ROSANE RUBIM

Coordenação do Centro de Informática

MARCOS FERRAZ

Coordenador do Curso de Administração

ADEIMIVAL BARROSO DE PINHO JUNIOR

Coordenador do Curso de Comunicação Social

DERVAL GRAMACHO

Coordenador do Curso de Direito

VALNÊDA CÁSSIA CARNEIRO

Sebastião Heber Vieira Costa

BOA MORTE

**DAS MEMÓRIAS DE FILHINHA
ÀS LITOGRAVURAS DE MARAGOGIPE**



Salvador, 2007

© 2007 Sebastião Heber Vieira Costa
E-mail: shvc@oi.com.br

Todos os direitos reservados.

Capa e editoração: Linivaldo C. Greenhalgh
Fotografias: Jorge Lisboa
Revisão do texto: Gal Meirelles
Normalização: Rosane Rubim

C837d Costa, Sebastião Heber Vieira.
Das memórias de Filhinha às litogravuras de Maragojipe/
Sebastião Heber Vieira Costa ; Apresentação de Josué da
Silva Mello ; Prefácio de Consuelo Pondé de Sena ; Fotos de
Jorge Lisboa. __Salvador: Faculdade 2 de Julho, 2007.
p.

1. Memórias 2. Irmandade da Boa Morte I. Faculdade 2 de
Julho. II. Mello, Josué da Silva III. Sena, Consuelo Pondé
IV. Lisboa, Jorge V. Título.

CDU: 82-94(81)

FACULDADE 2 DE JULHO
Av Leovigildo Filgueiras, 81 – Garcia
CEP 40.100-000 Salvador – BA – Fone: (71) 31143400 – Fax (71) 31143418
E-mail: f2j@f2j.edu.br Home page: www.f2j.edu.br

À Faculdade 2 de Julho, na pessoa do seu Diretor Geral, Prof. Josué Melo, por ter patrocinado esse livro.

A Filhinha, por ter aberto o livro do seu coração para contar sua singular história.

Aos amigos de Maragogipe, que me ajudaram a descobrir essas gravuras que refletem a vivência da Irmandade da Boa Morte naquela cidade.

Ao prof. Jorge Lisboa, meu colega na 2 de Julho, que não poupou esforços para registrar com sua experiência de fotógrafo, os momentos que o livro registra.

“A Irmandade da Boa Morte é uma composição de mistérios que tem a capacidade de simbolizar valores inestimáveis da sociedade humana: o amor, a liberdade, a fraternidade, e sobretudo, a fé. Ela possui uma magia que vai muito além daquilo que se pode demonstrar através do catolicismo ou do candomblé. Essas mulheres especiais concentram uma força superior e se eu ousar dizer, ainda desconhecida, que exigira muita dedicação daquele que se aventure compreendê-la mais profundamente. Porque é uma força encantadora, ao mesmo tempo suave e impetuosa, que se não pode ser decifrada, também não pode passar despercebida.

Certamente, foi por isso que essa Irmandade, reunindo mistério, esperança e beleza, com um brilho exclusivo, atravessou séculos e continua a exercer tanta sedução sobre todos aqueles que fazem contato com ela, participando da sua festa no mês de agosto em Cachoeira, ou através das suas representações mais comuns como: livros, fotografias ou pinturas. Alias, essas representações têm importância grandiosa para mim, que reuno as experiências da sociologia e da fotografia, praticas que me conduzem a buscar conhecer sempre um pouco mais daquilo que pode ser percebido com as observações simples. Por isso mesmo, sinto-me impelido a acompanhar mais de perto esta exuberante manifestação cultural.

Assim, devo reafirmar que participar da Festa da Boa Morte, tem um significado todo especial para mim. Viver esse momento, observar essa beleza, conhecer esse segredo, documentar tudo isso através da fotografia e poder compartilhar com os demais é algo de muito especial. Espero, portanto, com as imagens apresentadas neste livro poder confirmar tudo o que foi dito aqui”.

Jorge Lisboa
jorgelisdepaula@hotmail.com

SUMÁRIO

Apresentação do Prof. Josué da Silva Mello	11
Prefácio da Prof ^a Consuelo Ponde de Senna	13
Introdução	21
Representando a memória	23
Filhinha: estou entre os céus e as nuvens	29
Regina: a menina que herdou a casa da Estrela	45
D. Zuleika: uma branca que gostava de trabalhar com os negros	53
Maragojipe: terra de S. Bartolomeu e da Irmandade da Boa Morte	55
Irmandades: estratégias de sobrevivência	65
As boas mortes celebram a vida	73
Cachoeira	73
São Gonçalo dos Campos	75
Santa Brígida	76
Cultos fúnebres: organizando a morte	79
Ritos funerários	83
Concluindo para continuar	89
Referências	93

APRESENTAÇÃO

No ano em que a Instituição 2 de Julho celebra os seus 80 anos de história, sempre a serviço de uma educação diferenciada e de qualidade no Estado da Bahia, implanta-se o Programa de Editoração da Faculdade 2 de Julho. Programa já instalado com a publicação da Revista Institucional INDEPENDÊNCIA e da Revista JURÍDICA, pertinente ao Curso de Direito, e consolida-se com a publicação do livro **Boa Morte – Das memórias de Filhina, às litogravuras de Maragogipe**, produzido pelo Professor Doutor Sebastião Heber Vieira Costa.

A Faculdade 2 de Julho, herdeira das tradições octogenárias do Colégio, comprometida está com a busca permanente e com a realização efetiva da excelência na educação superior, por entender que o compromisso com o ensino de qualidade, com a formação de cidadãos e de profissionais competentes, faz-se mediante a construção do conhecimento. E só pela pedagogia da pesquisa pode-se alcançar a qualidade do ensino. A partir da pesquisa desenvolve-se o processo de ensino, de aprendizagem. Como sintetiza Pedro Demo: “A alma da vida acadêmica é constituída pela pesquisa, como princípio científico e educativo, ou seja, como estratégia de geração de conhecimento e de promoção da cidadania. Isto lhe é essencial, insubstituível.” (DEMO, 2004, p.127).

Sabe-se que é pela pesquisa, pela busca da verdade, pela produção do conhecimento novo que se aprende a aprender. Só aprende quem aprende a aprender e quem aprende a aprender constrói, produz conhecimento novo que merece ser socializado. Entende-

se por pesquisa, para continuar com as lições de Demo, não uma atividade exclusiva de grupos especializados dentro da Instituição, ou como atividades reservadas apenas aos cientistas, mas como atividade inerente ao processo pedagógico, como diálogo crítico e criativo com a realidade, que culmina na elaboração própria e na capacidade de intervenção.

Em decorrência dessa concepção filosófica da educação e dessa posição metodológica, a Faculdade 2 de Julho lança-se na aventura acadêmica de implementar o Programa Editorial, iniciado efetivamente com a publicação do trabalho do Professor Sebastião Heber, cuja relevância se evidencia no resgate histórico de uma das tradições religiosas deveras fascinante, desenvolvidas por mulheres negras e escravizadas, subsistindo ainda, graças à persistência e devoção de algumas abnegadas sobreviventes, em raros cenáculos da nação brasileira.

Salvador, junho de 2007

Josué da Silva Mello
Diretor Geral da Faculdade 2 de Julho

PREFÁCIO

Garimpador sagaz e intuitivo, o pesquisador Sebastião Heber Vieira Costa tem o gosto da busca incessante, não lhe falecendo o estímulo para pesquisar nos documentos, dialogar com as pessoas, entretecer-se com os seus depoimentos, enfim, esclarecer assuntos do seu interesse pessoal, valendo-se da conversa elucidativa, quando lhe faltam documentos escritos.

Socorre-se, nesses casos, da Metodologia da História Oral que tanto serve aos historiadores quanto aos antropólogos. e sociólogos.

Sabe-se que, nas sociedades ágrafas, a palavra assumia o valor que esses povos conferiam à transmissão dos conhecimentos por meio da oralidade, de cuja capacidade herdavam as tradições e os costumes do grupo.

Outro tipo de fonte oral é a reminiscência pessoal. Ela faz parte da evidência oral, e foi utilizada por Thompson (1992). Segundo Meihy (1996, p19) “a moderna História Oral tem um passado muito remoto. Poderíamos dizer que a História Oral é tão velha quanto a história, pois toda história passa a ser escrita e devidamente relatada quando passa anteriormente pela oralidade”. Todavia, foi na Universidade de Columbia, em Nova York, que nasceu, em 1947, a moderna História Oral, a partir da organização sistemática e diferenciada de um arquivo, realizada por Allan Nevis, que oficializou o termo, indicativo de uma nova postura em face das entrevistas.

Prudente e criterioso Sebastião Heber têm grande vocação para a pesquisa de campo. Como bom comunicador é o homem do diálogo, agindo sempre com habilidade, prudência e correção, comportando – se, enfim, de modo imparcial. Daí o seu poder de extrair informações dos informantes, seja qual for seu nível social, com absoluto êxito.

É que, dada à sua simplicidade, desperta confiança naqueles a quem escuta, tudo realizando com modéstia e humildade. Revelando grande apreço pelo ser humano, que tanto valoriza, consegue derrubar barreiras aparentemente intransponíveis. E o faz com absoluta segurança do ofício, pois sabe escutar o clamor dos fracos e os suspiros dos vencidos.

Possui uma vontade férrea e tem a virtude de ocultar seus predicados pessoais para não inibir os seus interlocutores. Atento e atencioso como poucos, sabe colecionar amizades, reunir pessoas à sua volta. Protege e une, com sua palavra persuasiva e calorosa, afim de que seus interlocutores não se dispersem. É um perito na arte da convivência. Humano e generoso nos seus julgamentos, enfim um ser talhado para lidar com as diferenças, que age com diplomacia e nada o perturba ou causa estranheza.

Sabe dizer as coisas, por mais desagradáveis que sejam, da maneira mais gentil e cordata. Por isso é um exemplar pesquisador de campo. Um pesquisador para atrair as camadas populares com sua palavra aliciante e amorosa.

A história oral teve desenvolvimento e aplicação sistemática após a Segunda Guerra Mundial, a partir da concepção do primeiro projeto formal, na Universidade de Columbia, em Nova York. Como instrumento facilitador da tarefa de entrevistar, passou a dispor do gravador, aparelho revolucionário para a época, que a nova tecnologia punha à disposição dos que realizavam entrevistas.

Vale lembrar as idéias de Meihy, “De início a história oral combinou três funções complementares: registrar relatos, divul-

gar experiências relevantes e estabelecer vínculos com o imediato urbano, promovendo assim um incentivo à história local e imediata”.

Discute-se muito se a história oral é uma disciplina ou uma técnica. Os que advogam a sua existência como disciplina, e não como metodologia, assim o fazem por “reconhecerem na história oral uma área de estudos com objeto próprio e capacidade (como fazem todas as disciplinas) de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática”. Os que a consideram uma técnica, geralmente são pessoas envolvidas na constituição e preservação dos acervos orais.

Estes pesquisadores utilizam as fontes orais de forma esporádica, como fontes de informação complementar, o que teoricamente justificaria esta postura (FERREIRA; AMADO, 2001, p16).

Após quarenta anos de uso, muitos questionam sobre a confiabilidade da História Oral. É consensual, no entanto, que a história oral atingiu sua maioridade e que, malgrado a discussão que, em torno dela, se estabelece, cada vez mais pesquisadores a utilizam, com vistas a recuperar a informação, existente no mais perfeito computador que é o cérebro humano.

Neste trabalho, que estou a prefaciar muito honrada pela escolha de meu nome, intitulado: Boa Morte – Das memórias de Filhinha às litogravuras de Maragogipe., o antropólogo conversa detidamente com duas memórias vivas daquelas localidades, Cachoeira e Maragogipe, ambas detentoras de privilegiada história.

Filhinha, a mais idosa do grupo, é o apelido de Narcisa Cândida da Conceição, nascida a 25 de outubro de 1904, idade contestada por alguns e sustentada, com muita ênfase, por ela própria. Seus relatos coincidem com os acontecimentos observados nos inícios do século XX. Filha de Maria Cândida da Conceição, conhecida como Jovina, afirma que sua mãe viveu até os 130 anos

, idade que se não for exata é, no mínimo, aproximada, dada à frequência da longevidade em alguns afro-descendentes, como afirma o autor do trabalho. Segundo relato de Filhinha sua mãe “era de dentro da Boa Morte”.

Dada à escassez de documentação sobre a Boa Morte, as informações orais assumem significado mais contundente, porque recuperam o passado, apenas, mantido nas lembranças, enquanto elas não se apagaram de todo.

Concentro-me inicialmente no depoimento de Filhinha, para cuja “apropriação” do relato, o autor despendeu muitas horas de cuidadosa escuta.

Como antropólogo, ele se utiliza da técnica antropológica: “observação participante”, na qual o investigador, longe de usar questionários, conversa com os entrevistados. Como informante Sebastião Heber necessariamente estabelece um vínculo de convivência capaz de deixá-la inteiramente à vontade, não só sobre o assunto que objetivamente o interessa, mas sobre o dia a dia da depoente, suas queixas e desencantos. Permite, assim, que extravase os seus sentimentos mais íntimos, revele os seus desapontamentos, revive o passado seu e dos familiares além de fazer considerações sobre o seu modo de sentir e de agir, dando-lhe, como se diz popularmente, “toda corda” para falar.

Daí o pesquisador intuir aspetos do temperamento de Filhinha, a ponto de assinalar categoricamente: “Ela é uma mulher que tem seus propósitos e sua firmeza. Ela faz uma programação para sua vida e seus atos”.

Curiosa é a confissão de Filhinha: “Fui raspada e pintada – nunca quis ser de candomblé, mas o santo quis. É como na Boa Morte, Maria me chamou – gosto dela e não de certas coisas que tenho visto”.

Em outro momento relembra com compreensível amargura: “criei 28 filhos e não tenho ninguém para me dar um copo d’água – Creuza Souza de Almeida é a única que me dá atenção”.

Evoca também os bons momentos, os tempos áureos da Irmandade quando a sede era na Casa da Estrela, onde morava D.Santinha e ali se encontrava D.Zuleide, viúva de Machado. Em seguida, tristemente acrescenta: “Quando entrei na Boa Morte havia 105 mulheres – hoje só tem eu e Estelita que é mais velha lá, dois anos a mais do que eu”.

Relato curioso é o que se refere à dupla pertença da maioria das irmãs, que mesmo não pertencendo ao candomblé, “dão sessão”. São suas essas palavras “– Eu também dei sessão durante sete anos, fazendo caridade, não cobrando nada – não posso ver ninguém com fome, caído na rua. Essas casas daqui têm o meu suor - dei muito terreno para o povo, Dessa idade que estou, o meu espírito é puro – é uma grande maldade matar um bicho no candomblé. O meu orixá só quer missa, luz, reza. Eu estou entre o céu e as nuvens, estou nas mãos do Pai celestial”.

Que beleza e que pureza de declaração!

Impossível registrar todos os passos do curioso e rico relato. Vale, todavia, acrescentar uma informação de Sebastião Heber sobre o acervo fotográfico de Filhinha, retratos de vários momentos de sua vida, testemunho da longa e produtiva trajetória. Confessa-se, contudo, explorada pelas pessoas que se utilizaram dessas fotografias, sem nada oferecer-lhe em retribuição.

Filhinha ainda guarda vestimentas antigas, opas das Irmandades que já não mais existem em Cachoeira, relíquias que, com sua morte, serão jogadas fora, pois não tendo filha, não quer deixar para pessoa alguma. ”Tudo que tenho aqui é fruto do meu trabalho. João Belo, que fez o prédio da Boa Morte, só ele conseguiu aumentar o telhado de minha casa. Minha casa é pintada de

branco, que é uma homenagem a Iemanjá e de azul como homenagem a Ogum”.

Como a hipótese de trabalho do autor era centrada na existência de outra Irmandade da Boa Morte em Maragogipe, lá para as tantas, no meio dessa conversa, ele encontrou a pista desejada, pois a informante declarou que se lembrava dessa Irmandade. Tanto assim que contou: “No tempo de Santinha, todas de preto, íamos para a Boa Morte de Maragogipe e eu ia também lá.”

Depois outra descoberta. Nada mais nada menos do que duas litogravuras do século XIX, que confirmam a veracidade do fato.

Mas prefácio deve ter limite, não pode transformar-se em resenha. Por essa razão, encerro por aqui do que vinha tratando, para comentar sobre outra entrevistada, no caso Regina, a menina que herdou a Casa da Estrela. Regina Graça Onofre Santos, que mora na Casa da Estrela, situada na Rua Ana Nery, 41, no mesmo local onde nasceu. Seu pai, Elpídio Gomes Onofre era sobrinho de Santinha. Desde criança viveu cercada de Irmãs da Boa Morte, com as quais conviveu, embora na pudesse acompanhar as conversas dos adultos.

Segundo informa, “tudo da Boa Morte, das irmãs e de Nossa Senhora eram guardadas aqui. Para arrumar as irmãs, tudo era feito aqui: torso (na cabeça), toalha (lenço de cabeça no dia da Glória), bioco (véu em torno da cabeça). A imagem era guardada aqui e ainda com elas em vida foi levada para a igreja. Ela, Santinha, dava opinião em tudo, ela era ouvida antes de qualquer decisão. Mas não eram de candomblé. Eduvirgens, nossa vizinha, era filha de santo, era do Terreiro de Ventura (uma localidade aqui perto). Santinha era madrinha de batismo de Gaiaku Luiza. Tutuzinha era madrinha de Joaquina, irmã de Luíza. Nas festas havia muita comida e havia hóspedes que ficavam aqui nos dias das celebrações. Eu ajudava as irmãs a se prontarem. A mãe de

Santinha e de Tutuzinha era da Boa Morte , D.Júlia , mas quando eu nasci, ela já havia morrido”.

Não posso e não devo dar continuidade à conversa entre o autor do trabalho e Regina, mas asseguro que, muita coisa interessante correu solta no curso da fala da informante.

Passemos a Maragogipe, Terra de São Bartolomeu e da Boa Morte, que Sebastião decidiu visitar por ser uma das mais tradicionais localidades do Recôncavo Baiano. Pois bem, lá o estudioso da Boa Morte foi encontrar o que demandava vestígios da Boa Morte.

Citando Cid Teixeira, Sebastião Heber informa que, até os inícios do século XX, existiam algumas dezenas de Irmandades da Boa Morte espalhadas pelo Recôncavo.

Em seguida acrescenta: Na igreja de Maragogipe há um altar com a imagem dessa devoção, isto é Maria está deitada num esquife mortuário”.

Do estudante-pesquisador, que lá conheceu, viu uma litogravura a ser restaurada, representando Nossa Senhora da Boa Morte, com os seguintes dizeres: “Nossa Senhora da Boa Morte que se venera na cidade de Maragogipe - 1879, pertencente a Conceição Maria Cardoso”.

O jovem pesquisador da localidade ainda forneceu-lhe informações sobre o desaparecimento daquela devoção na localidade.

Conta também que o Pe Manoel de Oliveira Lopes, mais tarde Bispo, fundara em 1887 a Pia União das Filhas de Maria. Substituiu-o o Cônego Adolfo José da Costa Cerqueira, falecido em 1929. Religioso que gozara fama de santidade usava o cilício, sendo que todos seus irmãos se tornaram padres e freiras.

Muito rígido, abominava como era natural nos tempos do ultramontanismo, e tinha um verdadeiro horror ao candomblé.

Na estreita rigidez daquela época de intolerância, as Irmandades sempre representaram a tendência leiga da sociedade daí, terem ocorrido muitos desentendimentos e, até mesmo, conflitos entre “os administradores oficiais do sagrado”, como escreve Eduardo Hoornaert.

A situação se apresentava mais grave ainda pelo fato de a Irmandade da Boa Morte ser constituída de mulheres negras, escravas alforriadas, o que fez com que, pouco a pouco, as Filhas de Maria ocupassem esses lugares na Irmandade.

Entretanto, a posse de determinados objetos em mãos de descendentes das antigas integrantes da Boa Morte, confirmam a antiga presença daquela irmandade em Maragogipe.

Por outro lado, o “achamento” dessas duas gravuras do século XIX, confirma a existência pregressa da Irmandade no local.

Até aqui detalhei muitos aspectos do trabalho de Sebastião Heber, a fim de aguçar a curiosidade dos leitores. Entretanto, daqui por diante, nomearei apenas os demais tópicos do seu trabalho.

Instigante é o que escreve sobre as Estratégias de Sobrevivência das Irmandades, As Boas Mortes Celebram a Vida, em que analisa Cachoeira, São Gonçalo dos Campos e Santa Brígida, bem assim: Cultos Fúnebres, Organizando a Morte, Ritos Fúnebres e, finalmente, Concluindo para Continuar, uma promessa auspiciosa de que promete continuidade desse estudo, de extraordinária significação para a Cultura da terra baiana e deste imenso Brasil.

Salvador, junho de 2007

Consuelo Pondé de Sena

Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e
Membro da Academia de Letras da Bahia

INTRODUÇÃO

Conhecer mais de perto a Irmandade da Boa Morte, sobretudo a de Cachoeira, é sempre um desafio instigante. Uma das melhores maneiras para isto é através do diálogo com as irmãs que integram a Irmandade. Então fiz isso: procurei Filhinha para ouvi-la e, dessa forma, registrar a sua memória, a sua história, o seu percurso. Filhinha já tem 103 anos, permanece lúcida e ativa e é uma das mais representativas irmãs daquela Irmandade. Não é qualquer um que chega ao centenário. Essas pessoas mereciam ser “congeladas”, para, assim se eternizarem. Mas essas pessoas sábias podem transmitir o próprio conhecimento à medida que suas memórias são transmitidas por meio da oralidade. A partir de Filhinha, contatei outras pessoas envolvidas com a história daquela Irmandade e que completaram as informações que agora apresento.

Paralelo à narração da memória de Filhinha, apresento também um registro de outra Irmandade já inexistente. O Recôncavo Baiano foi povoado de Irmandades da Boa Morte. Maragogipe foi também sede de uma dessas Irmandades. Lá encontrei uma litogravura e uma reprodução sobre essa devoção. São duas estampas concernentes à Irmandade da Boa Morte de Maragogipe. Em visita àquele município, conversei com pessoas interessadas na memória histórica daquela cidade.. As imagens, uma gravura feita em pedra calcária e a outra com a técnica de reprodução serigráfica sobre papel, são uma preciosidade, tanto pela raridade do tipo de confecção, quanto por representarem um

documento da existência efetiva, do culto e da devoção a Maria naquela cidade. São elas registros documentais da existência efetiva, do culto e de uma devoção a Maria. Acreditava-se na existência de uma Irmandade do gênero naquela cidade, mas faltava algum registro que comprovasse o fato. Essas duas ilustrações são preciosas, foram restauradas por pessoas credenciadas e agora estão sendo apresentadas ao público – a primeira foi restaurada pelo ateliê AM Restauero, sob os cuidados de Ana Maria Villar e a segunda por Natalie Roth, ambas auxiliadas por Igor Souza

Esse trabalho também é uma reflexão sobre o aporte tanatológico próprio da cultura afro e como perdura no Brasil, sobretudo a partir da difusão de formas sincréticas em práticas culturais. A maior parte dos africanos que chegam ao Brasil, provem da África Atlântica, região que se estende do Senegal até Angola. Esses povos trazem uma sabedoria que reflete conhecimentos tanto de práticas materiais, concernentes à agricultura, ao uso do ferro, como de práticas simbólicas, entre as quais se destacam os muitos ritos fúnebres. A Irmandade da Boa Morte é um desses lugares privilegiados, no qual as duas tradições, a cristã católica e a africana, se encontram.

A UNEB está desenvolvendo um projeto de pesquisa com estudantes, apoiado pela FAPESB, orientado por mim para estudar as origens, desenvolvimento e atividades atuais dessas três Irmandades.

REPRESENTANDO A MEMÓRIA

Filhinha é uma das irmãs da Boa Morte mais antigas, ela é mesmo a mais idosa daquele grupo. D. Estelita, a Juíza Perpétua, já centenária, é mais antiga como integrante. Mas Filhinha é uma memória viva, uma verdadeira enciclopédia. O que ela conta, e das coisas que ela se lembra, não há livro que contenha esses registros. Seu nome de batismo é Narcisa Cândida da Conceição, e nasceu em 25 de outubro de 1904.



Há algumas contestações acerca da idade, 103 anos, mas ela afirma, com toda energia que possui, ser esta a sua idade. Em verdade, seus relatos nos transportam para a realidade do início do século XX, confirmando o testemunho. Ela ainda afirma que a mãe viveu 130 anos, no entanto, não há como comprovar o fato, mas mesmo sua genitora não tendo atingido esta idade, deve ter se aproximado, uma vez que há muitos testemunhos da longevidade de alguns afro-descendentes. A mãe dela se chama Maria Cândida da Conceição e era apelidada de Jovina. Filhinha afirma que ela “era de dentro da Boa Morte”. Por isso transmite à filha essa vocação, cuja herança familiar tem marcado os seus dias.

Não é difícil constatar a escassez de documentação com relação à Boa Morte. E há vários motivos que contribuíram para o fato. A condição de negras – mesmo sendo alforriadas – não permite uma estabilidade espacial: o clima de perseguição é constante, a sensação de serem vigiadas, a falta de um ponto fixo como residência para assegurar uma prioridade à documentação que lhes era concernente. Conforme é possível constatar, a documentação da Barroquinha é queimada em um grande incêndio que destrói aquela igreja, todavia com relação à documentação da Boa Morte, acredita-se que a falta de registro escrito deva-se ao fato de que uma das irmãs, por estar fora si, ateou fogo a esta preciosa documentação em meados do século XX. (CASTRO, 2006, p.49). Mesmo a maioria delas não tendo escolaridade, havia a função de escritã, o que permitia algum registro documental desde os primórdios da Irmandade.

Isso tudo nos leva a crer e a constatar que a memória presente só pode ser reconstituída através do testemunho oral das irmãs mais velhas. Além da transmissão oral ser uma fonte primária, é veículo de identidade, que implica grande carga emocional. Especialmente nesse contexto do trabalho em questão, esse elemento toma uma carga particular: a historiografia do passado se reveste de fonte documental imprescindível, tendo uma evocação comprovada pelo testemunho das irmãs.

A história oral, resultante da ligação entre memória e identidade social, é relevante aos efeitos deste estudo acerca da Irmandade da Boa Morte. Ao passo em que é escassa a documentação sobre a Confraria, as irmãs, principalmente as mais idosas, se constituem como fontes solícitas e generosas. Seus depoimentos, lembranças e esquecimentos, suas histórias de vida relacionadas à Boa Morte, se configuram como documentos de importância sem par.(CASTRO,2006,p. 39).

Muitas vezes encontramos preconceitos contra os relatos orais: são subjetivos, apenas refletem uma nostalgia do passado. Mas nos esquecemos, como diz Ruth Benedict (Apud MELLO 2000, p.98) que muitas vezes consideramos o homem da Idade da Pedra culturalmente pobre, por nos termos distanciado dele cronologicamente. No entanto, graças a ele se inicia o processo essencialmente humano de inventar e transmitir as invenções aos semelhantes. Uma dessas descobertas é o domínio e controle do fogo. Essa força destruidora passa a fazer parte do uso doméstico, para o cozimento e aquecimento das noites frias. Neste contexto entra a oralidade. É, exatamente, nas noites frias, em torno do fogo que a tribo se reúne para ouvir dos mais velhos, as histórias e estórias que constituíam a espinha dorsal de cada grupo. Assim, a memória não se perdia, os mais novos eram iniciados nos “mistérios” da tribo e o patrimônio imaterial, isto é, a identidade, estava resguardada. Drummond, em *Histórias para o Rei* (1977) também conta da importância desse saudável costume dos povos antigos em se reunir em torno da fogueira para ouvir a palavra dos mais velhos. “Dessa forma, envolvidos na magia do que era contado, os jovens iam se aproximando dos mitos e len-



das do seu povo”. O poeta é o grande mestre que desde cedo descobre a sedução da palavra e com ele nós aprendemos como usá-la, sobretudo, despertamos para a importância de recolhê-la.

A memória não é um mero vôo que nos transporta apenas para um passado nostálgico, mas ela traduz e aponta para o sentimento de pertença salvando a identidade. Esse processo pode acontecer tanto em âmbito coletivo quanto individual. Na Boa Morte de Cachoeira há ainda algumas irmãs que são ilhas preciosas dessa memória. Filhinha é, com toda certeza, uma dessas pérolas negras e raras que permanece como um registro de uma memória coletiva, cuja difusão histórica ocorre pela transmissão



oral. Assim, não se pode menosprezar a fonte oral, pois “nesse sentido, a memória como agente documental, se alia em instancias igualitárias às outras formas de registro”. (CASTRO, 2006, p.39).

Quando olhamos para a Bíblia como um todo, Antigo e Novo Testamento, pode-se afirmar, que ela é constituída

de textos que foram primeiramente ouvidos, transmitidos oralmente de geração a geração, para, posteriormente passarem ao registro escrito. Daí, por exemplo, nos Evangelhos, mesmo nos sinóticos que são muito parecidos, surgem tantas lacunas de acontecimentos e registros. Esses dentre outros fatores apontam que não se pode considerar hegemonia da fonte escrita em relação à fonte oral.

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é (...) Penso que não podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária. (POLLAK, 1992, p. 8).

São muitas as lembranças conservadas por algumas irmãs e toda essa memória se constitui numa documentação séria, hábil e fundamental para a reconstrução das múltiplas lacunas historiográficas decorrentes do porquê da ausência de documentação, fato já citado acima.

O pesquisador de campo, inevitavelmente, lida com tradições orais além de fazer observações, sobretudo, que revelam a intencionalidade própria da pesquisa participante. Mas os pesquisadores, especialistas deparam-se com dificuldades quando analisam a conformação histórica de sociedades cuja organização prescindem de documentos escritos. Não se pode deixar de mencionar que, muitas vezes, essas narrativas incorrem no perigo de serem por demais subjetivas, adquirindo elementos característicos de uma imaginação fantasiosa, ou refletem o momento psicológico e emocional pelo qual passa o narrador. (LAKATOS, 2003, p. 176).



Tuan, querendo compreender esse momento e salientando os riscos da memória, afirma: “A memória tece as alegrias mais intensas e nos mantém à sua mercê através de ninharias, algum som, o tom de uma voz, odor de piche e das algas marinhas”. (Apud, CASTRO, 2006, p.40).

A professora Eny Cleide – em recente publicação sobre Interpretação do Patrimônio – faz um resgate exemplar das histórias e estórias narradas pelos habitantes da Praia do Forte. A publicação revela, através da interpretação mediada pela identidade subjetiva e objetiva, uma gama de saberes provenientes da ancestralidade étnica e interétnica. Nessa pesquisa, a autora mostra como “a palavra é um signo relevante”, sobretudo vinda da comunidade com relação ao patrimônio. Assim também o é no caso de Filhinha: o testemunho é mediado por uma “escuta sensível”, conforme René Barbier (Apud FARIAS, 2007, p. 118), para que esse ouvir as pessoas, a comunidade, é um ato que cria uma inter-relação que une linguagem, pensamento, mundo. Sabemos como a história é quase sempre um ato de poder – a história narrada pelo conquistador é diferente daquela vivida pelo conquistado.



Como a Boa Morte de Cachoeira não dispõe de muitas referências bibliográficas, é importante essa interação de alguém que interprete ouvindo seus agentes. Essa mediação pede um diálogo que passa pela consciência do agente que fala, pleno das identificações do lugar que está sendo interpretado – então vêm à tona sistemas de crenças, mitos, rituais, tudo como consequência do conhecimento advindo da experiência cotidiano.

FILHINHA

ESTOU ENTRE OS CÉUS E AS NUVENS



Fui visitar Filhinha para conhecê-la melhor, ouvi-la como portadora da tradição da Irmandade a que ela pertence há tantos anos e como administra a sua dupla pertença, como Ialorixá que é do famoso Terreiro contíguo à sua casa. Não é uma questão de apenas ir entrevistá-la e debulhar um rosário de perguntas. Mas, ao contrário, a partir dessa convivência é que as perguntas surgem e são concatenadas – muitas vezes surgiam digressões, de fundamental importância para construção do processo de afirmação da memória. Ela está muito lúcida e é muito normal que os mais velhos se lembrem mais dos registros do passado do que da atualidade. Mas com ela é diferente: lembra de tudo, passado e pre-

sente detalhadamente. No entanto, seu discurso carrega o peso da existência – “a cada dia basta o seu cuidado”, diz o Evangelho (Mt.6,34) – e, muitas vezes ela revela um certo desencanto com esse dia-a-dia que pode trazer desencontro e decepções. Revela o sentimento de ter sido preterida para ocupar determinadas posições dentro de Irmandade, entre outros fatos que transmitem certo amargor.

Ela confirma que entrou na Boa Morte no tempo da “finada” Santinha, na Casa da Estrela. Posteriormente, no testemunho da senhora Regina, que foi criada na casa de Santinha e Tutuzinha, há mais detalhes sobre a vida das proprietárias da Casa da Estrela.



— Tanta gente quer me botar pra fora, muita gente não me valoriza, mas nunca viram o que eu vi, em nome de Oxalá, de Iemanjá e de Maria... desabafa Filhinha.

O pai de Filhinha se chama Dionísio Oliveira. Ela afirma que ele morre na Guerra de Canudos, no entanto, a Guerra termina em 1896 e ela nasce pelos anos de 1904. Certamente essa digressão á causada pelo grande hiato que circunda esse tempo até nossos dias. Ela faz um vóo na memória e nos acontecimentos, mas mesmo assim descreve o ambiente de Canudos no qual pode ser que o pai tenha pertencido àquelas hostes, talvez até lutado e sobrevivido, ou tenha desertado do grupo, ou, por outro lado, que alguns parentes tenham participado e morrido em combate. De qualquer modo, ela reflete esse tempo cultural, e, por certo a preocupação permeia a história de sua família.

Os contatos com ela não intencionaram constituir uma entrevista no sentido clássico. Foram momentos de diálogo em que uma conversa puxa outras conversas, por isso, de vez em quando, muda-se de temática. Preferi refletir essas mudanças de roteiro e não fazer uma descrição lógica para atender a exigências acadêmicas. Mas a conversa acontece e prossegue (aliás, ressalto que muita coisa dita e apreciada por ela não será publicada, pois temo ferir sensibilidades, e sei que essa não seria a vontade dela).



Ela é uma mulher que tem seus propósitos e sua firmeza. Programa sua vida e seus atos. Por exemplo, em março passado disse-me:

— Na Semana Santa, quero ir na 6ª Feira Santa à igreja, mas vou de carro – antigamente ia à pé.

Isto de fato aconteceu. Soube pois, que naquela celebração, o professor Adilson Gomes Silva cumprimentou-a e me contou. Posteriormente, comentei com Filhinha o fato, que soube que ela estava presente na celebração do Senhor Morto. E ela responde-me: “não se pode fazer nada nessa cidade que todo mundo já sabe”.

Conta que faz, cerca de 30 anos que sua mãe morreu. “levou uma queda”. Mas, por outro lado, não conhece o pai. Teve sete irmãos, quatro irmãs e três homens.

Filhinha tem sete filhos, mas apenas um é vivo, chama-se Nemézio Conceição, mas é conhecido por Menezes: “tem um bar junto da Caixa, onde é a Lira. Deste filho e do mais velho, ela tem seis netos, sendo três de cada. Ao narrar a biografia familiar,

ela descreve tudo – pessoas, endereços – como boa conhecedora da geografia e da história da cidade, rememora a história que vive.

Há muitas décadas realiza uma promessa: é a procissão com a imagem de Nossa Senhora da Conceição no dia de seu aniversário, 25 de outubro..

Fez uma promessa a Nossa Senhora da Boa Morte e a Iemanjá para tirá-la do peso do trabalho que tinha. A cada ano a procissão sai de sua casa e vai até à sede da Boa Morte – onde são feitas as orações, após as quais os participantes voltam à sua casa em procissão. Nessa ocasião são servidos doces e bolos comemorando a data e mais tarde inicia a parte de Iemanjá o candomblé bate até as primeiras horas da madrugada. Ela está no candomblé há uns 69 anos, e é filha de Iemanjá com Ogum.

— Vivía nessa casa fazendo panela de barro e vendia na feira , as telhas dessa casa fui eu que fiz. Mamãe morava aqui comigo. Quando entrei na Boa Morte acompanhava a procissão descalça, pagando a promessa.

— Fui raspada e pintada – nunca quis ser de candomblé, mas o santo quis. É como a Boa Morte, Maria me chamou, gosto da Boa Morte de Maria e não de certas coisas que tenho visto.

A vida de Filhinha é marcada por uma tônica de generosidade que se concretiza, através de todas essas décadas, na ajuda ao próximo e na criação de crianças, algumas deixadas na sua casa enquanto “a mãe ia ali, e nunca mais voltava”.

— Criei 28 filhos dos outros e não tenho ninguém para me dar um copo d’água – Creuza Souza de Almeida é a única que me dá atenção.

Ela cita, com boa recordação, os tempos áureos da Irmandade quando a sede era na Casa da Estrela, onde ”morava D. Santinha e tinha a presença de D. Zuleika, viúva de Machado”.

— Quando entrei na Boa Morte havia 105 mulheres – hoje, daquele tempo, só tem eu e Estelita que é mais velha lá, dois anos a mais do que eu.

Relembra essa dupla pertença da maioria das irmãs, que, mesmo não tendo candomblé, “dão sessão”. E ela começa a contar por que “é de santo” e como administra a sua vida:

— Eu também dei sessão durante muitos anos, fazendo caridade, não cobrando nada – não posso ver ninguém com fome, caído na rua. Essas casas daqui têm o meu suor – dei muito terreno para o povo. Dessa idade que estou, o meu espírito é puro – é uma grande maldade matar um bicho no candomblé. O meu orixá só quer missa, luz, reza. **Eu estou entre o céu e as nuvens, estou nas mãos do Pai celestial.**

Ao insistir em saber o motivo pelo qual o orixá não quer mais oferendas, isto é, conforme a expressão dela, “não quer mais que se mate o bicho”, responde veementemente que já está numa outra fase. E continua dizendo que nunca gostou de sangue, fazia porque o santo pedia. Conversando com Deleci, integrante da Boa Morte e Ialorixá do Terreiro Ilê Axé Kodedê sobre o assunto, procuro saber porque Filhinha diz que o orixá dela não quer mais sangue. Deleci responde:

— Não sacrificar animais é um acaso, ele pára de vir, se já cumpriu a missão na terra, é como se deixasse de ser orixá, já sobe e se torna discípulo.

Mas ao mesmo tempo ela afirma que orixá não morre:

— É um cavalo pra gente montar, pode purificar com comida seca. O santo de Filhinha já está subindo, ela está cansada, tem cabeça dura, faz o sacrifício, mas não vem mais dançar. Mas com minha mãe aconteceu o contrário, ela tinha 97 anos, e o santo ainda vinha, não tinha subido ainda.

A pertença de Filhinha à Boa Morte é fruto de uma promessa a Nossa Senhora da Boa Morte e a Iemanjá para tirá-la do traba-

lho que tinha. Ela vivia na casa onde mora fazendo panela de barro, até “as telhas dessa casa fui eu que fiz”, conta ela.

— Mamãe morava aqui comigo. Quando entrei na Boa Morte acompanhava a procissão descalça, pagando a promessa.

— No candomblé nunca fiz mal a ninguém, nunca sujei as mãos. Entrei por promessa. Não me sentei mais no chão (fazendo panela de barro) - fui para a Suerdick, onde trabalhei por vários anos. Coloquei várias irmãs na Boa Morte. Quando faz sete anos, eu com Estelita fazemos a festa, mas hoje já não é mais assim. Se Estelita morrer eu não quero ficar como Juíza Perpétua.

Filhinha dispõe de um acervo fotográfico que tem acompanhado a sua vida, é um testemunho de sua caminhada. Mas se sente explorada pelas pessoas que dela fizeram uso. Também conserva antigas vestimentas, opas das Irmandades que já não existem lá em Cachoeira. Pergunto o que pretende fazer de tudo isso, que é a história de sua vida.

— Quando morrer vou jogar tudo fora, não tenho filha, não deixo nada para ninguém; muitos se enriqueceram por mim, vendendo minhas fotos. Tudo que tenho aqui é fruto do meu trabalho. João Belo, que fez o prédio da Boa Morte, só ele conseguiu aumentar o telhado da minha casa. Minha casa é pintada de branco, que é uma homenagem a Iemanjá, e de azul como homenagem a Ogum.

Mas no meio das conversas, consigo obter uma informação especial que vem completar mais do que uma hipótese. É comum se falar que em Maragogipe houve uma outra Irmandade da Boa Morte. Mais adiante vou descrever as descobertas feitas nesse âmbito – duas gravuras do século XIX - e que vêm ao encontro dessa verdade, para comprovação da qual faltavam provas documentais. Ela afirma que se lembra dessa Irmandade. E acrescenta como testemunha ocular:

— No tempo de Santinha, todas de preto, íamos para a Boa Morte de Maragogipe e eu ia também lá.

Aqui não sei se ela se refere que conheceu a festa da Boa Morte de Maragogipe, ou se confundiu com a festa de São Bartolomeu, que é realizada em agosto, mesmo mês da Boa Morte.

E ela se liga com as possíveis origens da Barroquinha, mas lamentando o seu fim. Se de um lado ela lamenta que a Boa Morte de Cachoeira não é mais a mesma, por outro lado ela se ufana dela ter sobrevivido até agora:

— Tinha gente de pé quente, a Barroquinha fechou, mas aqui não. No meu tempo só entrava mulher de 40, 45, mas hoje não tem mais isso não. Quem carregava o andor da Boa Morte era a Irmandade do Bom Jesus da Paciência- tenho a primeira saia estampada, tudo está guardado.

A Barroquinha estava próxima à sede do Governo e havia planos para revitalizar e urbanizar aquela área. Por isso urgia afastar os negros daquela região. A Baixa dos Sapateiros chamava-se, à época, Rua da Vala, lugar em que os esgotos corriam a céu aberto. O Conde da Ponte fica famoso por perseguir os negros daquela região. Mas, em contrapartida, o Conde dos Arcos, como governante, distinguiu-se pela condescendência com as populações afros. Sua residência se conserva na área da Fundação 2 de Julho, onde é preservada, sendo o símbolo desta entidade. (CASTRO, 2006, p.46).

Quando insisto em falar sobre a Boa Morte, suas origens, suas lembranças do tempo em que entrou, ela responde quase asperamente:

— Não dou mais depoimento sobre a Boa Morte.

Mas continua deixando que a memória fale mais alto:

— Tutuzinha, irmã de Santinha era também da Boa Morte. Era ela quem fazia as toucas das irmãs. Santinha morreu primeiro, eram “moças velhas”. Quem herdou tudo foi uma menina que elas criaram e que hoje trabalha no Hospital, na Santa Casa, é enfermeira lá.



E volta a cair numa espécie de nostalgia do paraíso perdido, ao rememorar as coisas do “seu tempo”:

— No princípio minha vida foi crua, triste, agora é como Deus quer - vou onde eu quero, minha vida está nas mãos de Deus. A Boa Morte não tem mais produ-

ção. O meu tempo já chegou. A Boa Morte que eu peguei, as irmãs não pegavam no andor, eram os irmãos da Paciência e do Bom Jesus dos Martírios. E no dia de Nossa Senhora da Glória era a Irmandade da Paciência – ambos tinham homem e mulher – tenho tudo guardado, as roupas antigas. A eleição nos outros tempos era com feijão e milho, para diferenciar o cargo, pequeno e grande – hoje é no papel – nem adianta eu conversar, porque não muda nada.

Preocupa-me a continuidade das atividades desenvolvidas no candomblé de Filhinha, pois não é questão de haver uma pessoa com capacidade administrativa, mas é, sobretudo, uma questão de carisma. Quando comecei a pesquisar o fenômeno Pedro Batista e Madrinha Dodô, em St^a Brígida, onde há também a devoção da Boa Morte, que vem de outra origem, preoquepei-me com a continuidade. Hoje lá as atividades são dirigidas por Zezito Apóstolo, um fiel seguidor do Padrinho. Mas ele já tem 73 anos, assim preocupo-me com a sucessão. No caso de Filhinha, apresentei também a mesma questão e ela responde:

— Creuza vai continuar o candomblé. Ela é de Ogum. Não tem ninguém que sabe o que ela sabe. Ia dar a meu filho, mas ele

nunca quis nada, nunca se interessou. Ela é Equede, é procuradora do que tenho. A produção que tive de deixar para o mundo, eu já deixei”.

Entro aqui numa temática delicada na conversa com Filhinha. Pergunto-lhe sobre sua família, seus filhos, naturalmente também, sobre o marido. E a vivência dela, se de um lado é *sui generis*, de outro é muito comum na realidade brasileira.

Conta como foi o desenvolvimento de sua vida familiar e matrimonial, isto é, que valores permearam esse seu contexto e acrescenta mais elementos sobre sua vivência no candomblé:

— Tive filhos mas nunca quis casar – ia ter dois nomes, quis ficar com meu nome. Nasci para ser solteira e ter sete filhos. Ninguém nunca passou vergonha por causa de mim. Quando eu larguei meu marido, Menezes tinha 5 anos. Pego em hóstia na Missa, tudo sem maldade. Não era para ter filhos, mas tudo que Deus faz tem seu consentimento. Ninguém passa na frente dEle. De manhã faço minhas orações, toda madrugada me levanto, rezo o Ofício de Nossa Senhora. da Conceição. Não tenho preguiça nem desgosto para fazer as coisas para os santos. Para isso fiquei só, para afastar os espíritos que não têm luz. Requeiro (afasto) qualquer satanás – ele não é maior do que a hóstia consagrada e o Divino Espírito Santo.

— Entrei no candomblé para isso: será que foi para cegar alguém? casar e descasar, por dinheiro? Trabalhei sete anos fazendo caridade. Dei muita roupa, ajudei até em enterro de gente que não podia. Há várias pessoas no candomblé para fazer o mal – quando vejo que alguém tem



o espírito mal, não aceito que entrem na minha casa. Alguns ganham R\$ 200,00 para o mal e eu ganho R \$10,00 para fazer o bem. Ninguém deve nascer para fazer o mal, para destruir a vida dos outros. Não como carne nas sextas-feiras e nas quartas-feiras também - o santo pede para não comer carne nas quartas-feiras.

Mas como julgar a vida de Filhinha? É possível criticá-la pela orientação que deu ao seu casamento? Que padrões iriam permear esse julgamento quando ela define sua vida pela procura do bem: - "Ninguém nasce para fazer o mal, para destruir a vida dos outros. Minha vida foi sempre fazer o bem".

Para a Teologia Moral , a pessoa traz a responsabilidade daquilo que faz sua existência: isto é, todos temos o dever de fazer o bem. A dificuldade está em se definir qual é o bem a fazer, o que não é uma definição simples. Essa definição é, muitas vezes objeto de um raciocínio que leva a um julgamento moral. Se, de um lado, o julgamento moral é necessário, de outro lado, ele não é suficiente para fazer o bem (Theo, *Encyclopedie Catholique pour Tous*, 1993, p. 779).

A orientação da Igreja Católica afirma que "pelo sacramento do matrimônio, o casal não é apenas um símbolo de união e fecundo amor entre Cristo e a Igreja, mas participa desse mistério". Portanto, marido e mulher ajudam-se mutuamente na santificação, tanto para abraçar a vida conjugal, como para acolher e educar os filhos, e possuem no povo de Deus um lugar particular e uma graça própria. Essa é a doutrina bíblico-teológica da Igreja, que se lê, por exemplo, na introdução do Ritual do Matrimônio.

René Ribeiro, no seu livro *Antropologia da Religião*, traz um capítulo intitulado: O amaziamento e outros aspectos da família do Recife (1982, p. 59). Tais reflexões são pautadas por uma análise feita por HersKovits que estudou a metodologia de Frazier num trabalho de campo sobre essa temática na Bahia. Essa discussão gira em torno da natureza das uniões em que se vive amaziado. Estuda as razões para a freqüência de tais uniões, al-

gumas das quais têm caráter mais ou menos casual, outras manifestam uma durabilidade. Nesse estudo, Ribeiro tenta fazer duas abordagens: a) Determinar se a distinção feita por Frazier, para a Bahia, entre “ser amaziado” e “viver maritalmente” existia no Recife; b) E analisar a composição das famílias das classes trabalhadoras, nessa cidade, particularmente no que diz respeito ao esclarecimento que tal análise pode trazer à relação “amaziado” e “viver maritalmente”.

Ribeiro percebe a distinção terminológica de Frazier entre as situações. E explica:

O relacionamento conhecido como ‘amaziado’ é mais uma relação de amor livre , enquanto, quando as pessoas vivem ‘maritalmente’ o relacionamento é olhado como conjugal.No primeiro caso, um homem pode apenas visitar sua ‘amásia’, porém quando um homem vive ‘maritalmente’ com uma mulher ele mora com ela e assume a responsabilidade pelo seu sustento e o de seus filhos (RIBEIRO, 1982,p.60).

Ele desenvolve a pesquisa a partir de entrevistas com 200 pessoas de ambos os sexos e de todas as idades e classes sociais, abordadas nas vias públicas. Para interpretar o problema faz um itinerário que perpassa por várias teorias sociais, até as de caráter etnocêntrico. Menciona uma interpretação na qual relaciona as uniões livres com fatores de ordem econômica, concebendo essas ligações como representações de uma promiscuidade sexual encontrada com frequência entre as classes menos privilegiadas. Mas se pergunta se são essas as únicas causas. Lembra várias outras possibilidades: a análise desse tipo de união entre os pretos e mestiços, a hierarquia das profissões, a posição dos filhos de outras famílias na nova família, a frequência dessas uniões “ilegítimas” nas áreas de engenho e usinas e nas de pequena agricultura e pastoreio, a função do amaziamento como mecanismo de escape dos casais desunidos numa sociedade, naquele tempo, sem divórcio.

Conclui a pesquisa com uma constatação que pode servir de esclarecimento para aqueles que não entendem esse *modus vivendi*, sobretudo no passado, quando os instrumentos de interpretação eram limitados a uma visão própria da época.

Ao investigador brasileiro não repugna relacionar a difusão da relação amaziada à possível influência dos modos de vida africanos. O grande número de escravos importados nessa região, portadores de cultura ioruba e daomeana, onde a poligamia é costumeira e as influências visíveis de outros aspectos dessas culturas no meio brasileiro, hoje incorporados e aceitos como habituais, embora diluídos no Nordeste, para não falar daqueles modos de vida preservados intactos ou com leve alteração pelos atuais descendentes dos africanos originalmente importados no Brasil, tudo indica que devem ser tomados em consideração em qualquer esforço dessa instituição. Um estudo que se faça para verificar essa influência, naturalmente não deve deixar de considerar o aspecto histórico do problema, como sugerido pela natureza do sistema econômico-social nessa região, desde o período colonial. O regime escravocrata, com a monocultura, o dualismo entre a casa-grande e a senzala, o papel do colonizador português e sua atitude para com a miscigenação, a família patriarcal, o amaziamento como meio de permitir a união entre pessoas de diferentes status econômicos, social e étnico, são temas que merecem análise adequada e detalhada. Importantes sugestões para tais estudos foram indicadas por Gilberto Freyre e outros, enquanto a abordagem de Herskovits no artigo que motivou este trabalho, indica um aspecto da organização familiar dos escravos negros que tem recebido, relativamente, pouca atenção até o presente momento. (RIBEIRO, 1980, p.67).

Filhinha pode ser vista por diversos ângulos: a mulher, a mãe, a esposa, a irmã da Boa Morte, a Mãe-de-Santo. Ma sela pode ser lembrada como depositária da cultura que vem do povo, apesar de ser praticamente analfabeta.

Deparei-me na casa dela com uns papéis e escritos. Eles mais pareciam uns hieróglifos então perguntei-lhe o que significam. Responde-me que estava aprendendo a escrever o nome. Que esforço, naquela idade e querendo, ao menos, escrever o próprio nome. E ainda pergunto: Por que não conseguiu estudar?

— O tempo era para criar filhos dos outros. Havia pessoas que deixavam as crianças na minha casa e nunca mais voltavam. Nunca vieram agradecer.

De um modo geral diz que “não gosta de conversar tudo, só a metade”, mas mesmo ainda assim, é o valor de uma vida centenária que quer pautar sua existência pelo bem, como símbolo e lugar de valores ancestrais.

A Boa Morte peregrina por vários endereços em Cachoeira até encontrar repouso na atual residência. Então, pergunto-lhe se gosta porque a Boa Morte ganhou uma nova sede. Diz que trabalhou muito por aquilo. Mas que agora sente-se distanciada por razões pessoais.

Há nos arredores da casa dela, ao final da Rua da Feira, a famosa fonte (que hoje está reduzida a um fio de água) chamada de Caboclo da Pechincha. A água sai da gruta da pedra. E ela explica, que há poucos dias houve festa, para comemorar aquele marco.

— Essa fonte existe desde que abri o candomblé. O Caboclo e a Cabocla são os donos daqui – cabocla Jurema e o Sultão das Matas. Ele rodava minha cabeça, mas ele se afastou de mim. Mas vem aí o 25 de junho, onde eles vão aparecer. Essa data vem daí, eles são os donos da Pechincha. A lavagem sai sempre daqui de casa, as mulheres vestidas de crioula, como no samba de roda. Há oito dias teve de tudo aqui: caruru, vatapá...

Ela também fala nas antigas jóias usadas pelas irmãs, que, pouco a pouco, desapareceram. O Museu Costa Pinto conserva exemplares invejáveis, que mostram o auge e a pujança das irmãs portando aqueles adornos nos dias de festa.

— As jóias eram feitas por Neco, ourives – a gente dava um pedaço de ouro e ele fazia as jóias (isso há uns 50 anos atrás) . Ele trabalhava no final da Rua da Feira, na esquina do Pereira , mas hoje desmancharam o sobrado.

Raul Lody, lembra o “correntão cachoeirano” feito com elos largos, e que lembravam as antigas alianças portuguesas e diz porque se chama “cachoeiranos”:

O nome ‘cachoeirano’ se refere à cidade de Cachoeira, Recôncavo da Bahia. O correntão é usado em outras roupas como a de crioula – roupa especialmente preparada para dias de festa e feriados religiosos. O correntão cachoeirano é referenciado aos trancelins da ourivesaria portuguesa. O uso de dois ou mais correntões cachoeiranos, trancelins arrematados com medalhões, cruz palmito, entre outros adornos, fazem da roupa de beca um exemplo de barroquismo baiano aliado aos princípios de representação e de fé religiosa, aos orixás e aos santos católicos (LODY. 2003, p. 231).

As jóias e ornamentos das irmãs são mais do que um adorno – significam uma independência, pois tudo é obtido com o próprio suor. São as “negras do partido alto”, designação que se torna consagrada, é um costume herdado dos antepassados e esse termo é aplicado àquelas que foram emancipadas economicamente, mediante o comércio de quitutes. (VERGER,1999,p.94). A utilização de jóias não é exclusiva da Boa Morte, há outros momentos na literatura em foco que sublinha a riqueza das baianas em determinados desfiles. Raul Lody, especialista nessa pesquisa , sublinha como as afro-descendentes faziam uso das muitas

jóias (Jóias do Axé). A tradição em torno de Luiza Mahin registra as suas idas à Missa, apesar de se dizer atéia. É conduzida em cadeira de arruar, e vestia-se como uma princesa, revestia-se de jóias, e ornava os cabelos com marrafas cravejadas de pedras preciosas. (MONTEIRO, 1987, p. 48).

Numa das visitas a Filhinha, esta gripada e não quer tirar foto, justificando que esta desarrumada. “Gosto de ficar bonita na frente dos outros. Não é o dinheiro, é o capricho. Tô nessa idade mas não gosto de andar desarrumada”, registra Castro, num dos contatos que teve com ela (2006, p. 85). Odorico Tavares registra a vaidade natural de que as imãs são portadoras, o seu relato do desfile do 4º centenário da Bahia, em Salvador em 1949, é um atestado do costumeiro esplendor que marca as irmãs:

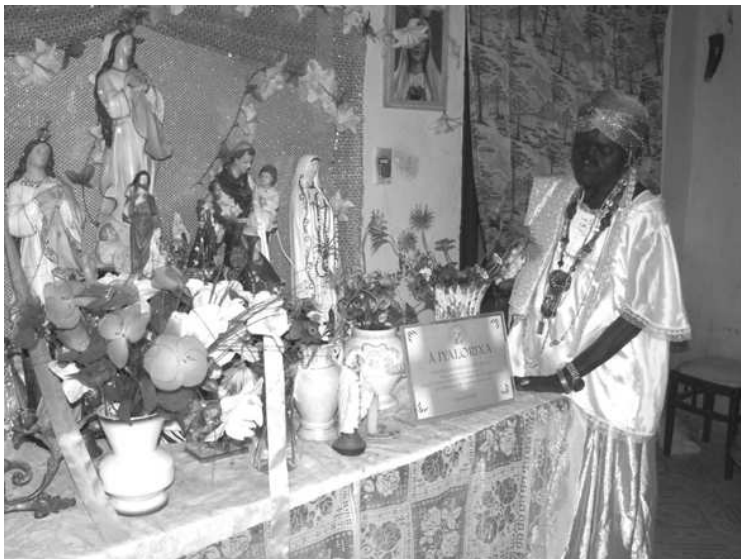
Foi um grande momento, talvez o maior do belo cortejo, vê-las nas suas vestimentas características, seus torsos, suas saias rendadas, suas saís rendadas, seus grandes cordões e brincos de ouro, desfilando pelas ruas engalanadas da cidade. Esta nobreza e dignidade que se encontram nas velhas pretas baianas, ali estavam no maior conjunto que já se pode conseguir, em nossos tempos. E de toda parte explodiam entusiásticos aplausos: de cerca de oitenta mil pessoas que acorreram às ruas da capital. (TAVARES, Apud CASTRO, 2006, p. 86).

Ela ainda me mostra as dependências do candomblé. No centro do barracão há duas árvores votivas, dois Irocos. Nos dias de festa essas árvores são envoltas com panos votivos. Também me mostra o quarto onde os iniciados tomam o banho purificador, o Bori. Também entro no Ronco, quarto onde os iniciados ficam sete dias. Mas ela ressalta: “homem e mulher separados, pois não admito namoro no meu candomblé”. Não olho novela, aquela ‘descaração’, não admito namoro no recinto do candomblé.

De repente, de forma quase que abrupta, encerra a conversa naquele dia:

— Meu papo encerrou. Já pára de conversar.

Entretanto, temos outras etapas de colóquio enriquecedor.



REGINA

A MENINA QUE HERDOU A CASA DA ESTRELA

A Irmandade da Boa Morte, como entidade em que se organizam mulheres, tem várias como guardiãs da sua memória.

Além de Filhinha, converso também com Regina Graça Onofre Santos, aquela menina criada na casa de Santinha a que Filhinha se referiu, e que “agora trabalha na Santa Casa”. Regina mora na Casa da Estrela, Rua Ana Nery, 41, desde os primeiros dias de nascimento. O pai se chamava Elpídio Gomes Onofre, era sobrinho neto de Santinha. Sua mãe se chamava Terezinha Santos. Ela é casada com Arlindo Santos, eletricitista. Tem três filhos que são Disney, engenheiro civil, Ariadne, estuda farmácia na Uefs e Anderson, está na Marinha e estuda Direito, no Rio. Conforme o seu relato, ela foi criada nessa casa desde os oito dias de nascimento.





Regina é sobrinha-neta de Santinha e Tutuzinha. Santinha se chamava Julieta Aurelina do Nascimento e a sua irmã Diocleciana Arlinda do Nascimento era conhecida por Tutuzinha. Elas não eram irmãs da Boa Morte. Mas forma vizinhas de Eduvirgens, que era uma famosa irmã da

Boa Morte e Juíza Perpétua. Santinha foi uma figura que teve seu carisma e está associada ao destino da Boa Morte, como figura central, ponto de apoio, mesmo sem ter sido um membro efetivo daquela Irmandade – mas deu sua contribuição, continuando o ardor de sua mãe. Naquele tempo esse título de Juíza Perpétua tinha uma outra configuração mais religiosa – só após o conflito com a Igreja Católica, no tempo de D. Lucas, ele se reveste de um caráter mais defensivo, com um contorno mais político-religioso.

Santinha morreu no dia 2/1/69 (com mais ou menos 72 anos) – recorda-se ainda Regina:

— Foi derrame cerebral enquanto ouvia a missa no rádio. - foi socorrida pelo médico Dr. Aureliano e pelo enfermeiro Edmundo, amigos da família.

— Com a morte das duas, as irmãs da Boa Morte não frequentavam mais a Casa da Estrela com tanta intensidade como antes, mas na época da Esmola Geral, passavam aqui primeiramente antes de irem de casa em casa, confirma ela.

Desde criança que ela convivera com a intimidade das donas da casa, com as irmãs que ali constantemente passavam, mesmo que não pudesse acompanhar todas as conversas, pois “naquele tempo criança não podia estar em todas as conversas de adulto” – diz Regina.

— Tudo da Boa Morte, das irmãs e de Nossa Senhora, as jóias, eram guardadas aqui. Para arrumar as irmãs, tudo era feito aqui: torso (na cabeça), toalha (lenço de cabeça no dia da Glória), bioco (véu em torno da cabeça). A imagem era guardada aqui e ainda com elas em vida foi levada para a igreja. Ela, Santinha, dava opinião sobre tudo, ela era ouvida antes de qualquer decisão. Mas não era de candomblé. Eduvirgens, nossa vizinha, era filha-de-santo, era do Terreiro de Ventura (uma localidade aqui perto). Santinha era madrinha de batismo da Gaiaku Luiza. Tutuzinha era madrinha de Joaninha, irmã de Luiza. Nas festas havia muita comida e havia hóspedes que ficavam aqui nos dias das celebrações. Eu ajudava as irmãs a se aprontarem. A mãe de Santinha e de Tutuzinha era da Boa Morte, D. Júlia, mas quando eu nasci ela já havia morrido.

Regina apresenta um problema que, muitas vezes intriga os visitantes na ocasião da Festa: Por que as pessoas da cidade não acompanham a procissão? É um fato que cada vez mais a cidade é invadida por turistas, nacionais e estrangeiros, nesses dias de celebração. O professor



Armando Castro, em pesquisa voltada para a área turística, entrevista pessoas da sociedade cachoeirana sobre o assunto. Um dos depoimentos é da senhora Noêmia Olga, que vive em Salvador, mas nasce em Cachoeira. Segundo ela, por ser de família tradicional católica, o pai a proibia de visitar aquela Irmandade:

Meu pai não deixava a gente visitar a Boa Morte, e a gente tinha de ter aquele respeito de não ir, porque a Boa Morte era considerada uma Irmandade fechada, um grupo



de pessoas que fazia mal, que matava pessoas com uma comida de ritual de candomblé. A comida que elas ofereciam pra gente era direcionada para as entidades e que poderia matar o ser humano. Então, eu como cachoeirana, à época, tinha a Irmandade como uma coisa secreta e mal vista... Não era uma coisa que a gente cultuasse... Pouquíssimas pessoas da comunidade é que acompanhavam. Só pessoas ligadas ao candomblé e alguns curiosos. Não havia público de fora. A Festa era feita exclusivamente para cumprir as obrigações delas, mas não tinha envolvimento com a comunidade. (CASTRO, 2006, p. 107).

E Regina, se de um lado se lembra da ajuda do povo às irmãs de bolsa (será que era a comunidade mais pobre?), de outro lado, confirma essa desconfiança da sociedade cachoeirana com relação a uma distância para com as irmãs.

— A festa agora é só dos gringos - hoje elas têm ajuda de fora, mas antigamente era do povão. Porém, mesmo naquele tempo o povo ficava mais na janela assistindo a procissão passar, mas acompanhar mesmo, não acompanhava.



Na Casa da Estrela eram mantidas práticas católicas, renovadas quase que diariamente no tempo de Santinha e Tutuzinha. Toda 4ª feira e sábado, a casa era incensada e se rezava o terço. Regina criou-se sendo embalada por todas essas práticas e orações. Elas eram devotas dos Santos Cosme e Damião. A prática do caruru em homenagem a esses santos se renovava a cada ano. E Regina sublinha que o famoso vigário, Mons. Fernando Almeida Carneiro, foi, por décadas, convidado especial, sem nunca faltar à festa, tinha lugar fixo á cabeceira da mesa. Muitos estudiosos dizem que essa Casa foi um grande centro de candomblé, tendo sido um famoso Terreiro. Eu me pergunto se isso diz respeito aos primórdios da Irmandade, ou se foi ainda assim até as primeiras décadas do século XX, se permaneceu nessa condição no tempo desse famoso Vigário? Era notória a desconfiança da Igreja com relação aos cultos de matriz afra. Como poderia um Vigário freqüentar normalmente essa Casa se ela estava identificada com o candomblé, sendo dele um bastião, num tempo em que havia uma identificação entre forças demoníacas e as práticas afras ?

Outro problema apresentado por Regina é com relação à presença da famosa estrela no passeio dessa Casa. Conta sua origem, mas não sabe se antes da colocação da estrela, a Casa era denominada Casa da Estrela. No entanto desmistifica



muitas interpretações, próprias dos contos e relatos orais, baseadas na estrela. Há migrações que são frutos de imaginações férteis. E, sobretudo, no presente, se pode criar mitos e mistificações que não têm nada a ver com o passado enquanto gênese histórica. Diz ela:

— A Casa Estrela não tinha passeio. Santinha mandou fazer o passeio com três estrelas, o cimento endureceu e só ficou uma. O Bahia Azul quebrou a primeira estrela, então foi colocada essa de mármore, pelo Patrimônio. Elas foram, as estrelas, (originárias), colocadas na véspera de Reis em homenagem aos Reis Magos, de quem eram muito devotas. E meu aniversário é um dia antes da Festa de Reis, por isso conservei bem a história da colocação dessa estrela. Criou-se uma lenda. Uma vez um jornalista quase me bateu, dizendo que havia algo por baixo da estrela, como sepulturas, ossadas, cadáveres, como se eu estivesse escondendo algo; já tive até vontade de tirar essa estrela do passeio. Mas, independentemente da origem da estrela, certamente, a irmandade começou aqui.

As narrações orais são de uma riqueza ímpar, pois há narrações que morreriam com as pessoas se não fossem codificadas, colhidas em tempo hábil. E esses acontecimentos são fundamentais para o patrimônio que constitui as crenças que revestem esse patrimônio imaterial. Regina conta um verdadeiro milagre, atribuído a Nossa Senhora da Boa

Morte, que teve lugar na Casa da Estrela e que ela testemunhou ainda menina.



— Um dia meu avô deixou o portão do quintal aberto; eu dormia no quarto com Tutuzinha, na mesma cama. Nisso um homem entrou no quarto pelas 5 da



manhã. Santinha estava dormindo também no mesmo quarto. Ele, “o visitante”, abriu a arca, o que fez um barulho. Com isso, todas nos acordamos e percebemos o vulto, mas pensávamos que fosse o sobrinho que dormia no quarto contíguo. E, de fato, o ladrão não levou nada, não tocou nas jóias das irmãs da Boa Morte, pois tudo estava ali - só levou o dinheiro do caruru que estava guardado; até as becas ficavam ali – nessa época eu tinha uns 8 anos.

Regina também dá seu testemunho sobre a tradição da ourivesaria que havia na cidade. Os ourives serviam, tanto às ricas damas da época, como às irmãs da Boa Morte. E essa tradição fez parte da própria família. Eis seu relato:

— Candinho Onofre, era meu avô, esposo de Zinha, irmã de Santinha. Ele era ourives (era a sua única profissão). A filha dele, Geraldina, conhecida por Gel, ainda vive e mora na Casa dos Velhos na Ladeira da Cadeia. Ele trabalhava na Rua 13 de Maio, no térreo onde hoje mora D. Iolanda – lá era só a tenda de ourives mas ele morava mesmo após a Maçonaria.

Regina ainda afirma que as duas irmãs eram doceiras famosas. Mas havia pessoas que vendiam para elas com vários tabuleiros. E ela se recorda dos produtos oferecidos, o que é uma verdadeira recuperação dos doces daquele tempo: bolachinha de

goma, pão de ló, cocada, doce japonês, aponã (calda de açúcar com farinha do reino e côco ralado), bom bocado, massa-pão, queijadinha, sequilhos, bolachinha de goma pequena para aniversário – a bolachinha maior era enfeitada com recortes feitos com a faca ou com o garfo. Havia também empadas grandes (que hoje se chama empadão), e a caixa era parecida com a massa de pastel que se comia – e havia todo tipo de bolo. Na festa dos santos Cosme e Damião havia uma empada especial para o Mons. Fernando, que nunca faltava.

Há ainda na casa dois móveis do tempo de Santinha: um armário e um guarda-louças. Eles guardam ainda, para nossa apreciação, a louça usada por elas: há uma terrina e alguns pratos *made in England*, pratos de sobremesa com a marca *Maastrich e Holland*, há também umas pequenas xícaras *made in England*. Também registrei dois pratos com a inscrição em francês: “*Napoleon céde son cheval a un soldat blessé*” (*Holland*) e um outro que diz : “*Assaut de Saint Jean Diacre*” (*Holland*).



D. ZULEIKA

UMA BRANCA QUE GOSTAVA DE TRABALHAR COM OS NEGROS



D. Zuleika Dias de Araújo Machado, nasceu em Castro Alves em 02/05/1918. Tinha uns 22 anos quando veio a Cachoeira para trabalhar como professora do Estado, pois fez concurso, para ensinar de 1ª à 5ª.série. Ela “educou gerações”, como tem afirmado e “tirou o tampão dos olhos de muita gente” Começou ensinando na Rua do Terço no Caquende.

Ata que o prédio onde funciona a escola, que estava em más condições, ruiu. Então a escola foi deslocada para o Convento do Carmo. Foi Coordenadora de Ensino em Cachoeira Seu. marido se chamava Manuel Eugênio Machado Filho, e era professor de Artes Industriais do Ginásio da Cachoeira. Há muitos anos ela mora na Rua Ana Nery, nº58, onde passa horas a fio na janela apreciando as pessoas passarem na rua.

Durante anos ela foi uma presença na Boa Morte. É católica praticante. Mas nunca foi dos quadros oficiais – é branca a ponto

de alguns pensarem que fosse estrangeira – Filhinha diz que ele é alemã. Mas sua vida esteve identificada com essa Irmandade. Na procissão, nos dias de festa, o cortejo pára em frente à sua casa, de onde ela assiste a tudo da janela. Nessa visita que lhe fiz, pergunto-lhe qual o seu interesse pela Boa Morte?

— Sou católica praticante e convicta. Mas ninguém, naquele tempo, gostava de trabalhar com negro. Eu as orientava no sentido religioso, nas festas. Houve um tempo em que elas tiveram casa própria na Rua 13 de Maio. Elas tomavam parte ativa na Igreja, não havia preconceito. Elas se reuniam, havia confissão, o padre ia atendê-las lá. Elas viviam do próprio trabalho . Elas viviam vendendo comida em tabuleiro – não tinham outro conhecimento.

Ela se lembra de Didinha Laura, parteira, que dava festas no Caquende para ajudar na comemoração da Boa Morte. Nas festas da Boa Morte, alugavam casas grandes , porque havia muita gente naqueles dias . Santinha já tinha quase 80 anos, era a Juíza Perpétua – diz dona Zuleika.

— Eu sempre fui uma defensora delas, mas não usava as roupas das irmãs, porem era encarregada de fazer as atas.

Ela se recorda de algumas irmãs: Marcolina, Júlia, que tinha jóias de ouro, Eduvirgens (morava vizinha da Casa Estrela). Eram muito seguras, reservadas, quase todas eram de candomblé.

— Todas eram pobres, tinham que trabalhar para viver. Regina, afilhada de Santinha, herdou a casa delas e trabalha na Santa Casa, recorda-se ela.

Também testemunha que na Casa Estrela se vendia objetos de candomblé: contas, incenso e que era ela quem ia a Salvador fazer compras e adquirir os produtos, no Mercado Modelo, trazendo o material para as irmãs revenderem.

MARAGOGIPE

TERRA DE S.BARTOLOMEU E DA IRMANDADE DA BOA MORTE

Quem primeiro me falou da importância histórica de Maragogipe, da bela e grandiosa igreja que tem como patrono S. Bartolomeu, foi Pe. Sadoc, pois a cada 24 de agosto ele é convidado para pregar no dia daquele santo.

A convite do Pe. Mateus de Lima Leal, vigário paroquial, fui chamado para passar o carnaval deste ano. Fui com minha mãe e ficamos hospedados na casa paroquial que é uma construção de 1875. E fiquei encantado com a cidade. Lá tudo cheira à história. A paróquia me indicou um estudante de pedagogia, Sócrates Fernandes de Araújo, que é restaurador de imagens antigas e que conhece bem os meandros da história da cidade. A igreja matriz foi construída de 1630 a 1753. Aliás, o nome do patrono foi dado em homenagem ao proprietário da sesmaria, Bartolomeu Gato. A cidade foi elevada à categoria de Vila em 16/06/1724 e recebeu o título de Patriótica Cidade em 08/03/1860. A Santa Casa de Misericórdia é de 1850. A cidade foi sede de muitas Irmandades e há algumas que estão ainda em pleno funcionamento. A Irmandade do Santíssimo Sacramento foi fundada em 31/01/1700 e ainda está atuante. A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição é de 1704. A de S. Bartolomeu é de 1851. A das Santas Almas Benditas é de 1667 (esses dados estão no Arquivo Público da Cidade). A cidade é ainda enriquecida por duas Filarmônicas: há a

Perpsícore Popular, fundada em 13/08/1880 – na mitologia grega, Perpsícore é a musa da poesia lírica, da dança e dos coros, e ela toca a lira para animar a alma. Também há a antiga Filarmônica Menimosina – na mitologia grega é a deusa da memória – e teve como fundador o professor Teodoro Borges da Silva.

A Câmara é como as de Cachoeira e Stº Amaro, isto é, Câmara e Cadeia, e foi construída no século XVIII. Em seus porões ficou preso o General Labatut. A propósito, o presidente da Câmara, Antônio Roberval, que é filho-de-santo do Terreiro do Pai Edinho, disse-me que já há iniciativa no sentido de abrir um Museu em homenagem ao general herói do 2 de Julho.

Na igreja há duas imagens de S. Bartolomeu: a do altar-mor é pequena, mas a da procissão é em tamanho natural, e é de roca de articulação, isto é, os braços se mexem.

Tive a chance de conhecer o Babalorixá Pai Edinho do Terreiro Ilê Alabaxé – é um terreiro organizadíssimo e já é tombado pelo IPAC. Lá eles têm o costume de distribuir diariamente sopa para os mais pobres, independentemente de serem ou não de candomblé. No último dia do carnaval os integrantes do candomblé desfilam com um grande bloco, os Filhos do Ilê Alabaxé. Aliás, o carnaval de Maragogipe precisa ser mais difundido, pois conserva traços culturais fortíssimos: há os caretas, mascarados, individuais ou em grupos, com uma originalidade especial – é um carnaval familiar, os pais passeando com seus filhos, alguns até bebês de braço, fantasiados enfeitando a cidade.

O povo é generoso e hospitaleiro – fui convidado a um jantar na casa da Presidente das Filhas de Maria, dona Marinalva da Paixão Andrade (D. Nalvinha).

Maragogipe é a terra do famoso vigário Mons. Florisvaldo, mas, sobretudo, é a terra natal de D. Macedo Costa, o célebre bispo da questão religiosa com a Maçonaria. Além da residência, há outros sinais da presença desse pastor que foi eleito o primeiro arcebispo baiano de Salvador, e que morreu antes de tomar posse.

O vigário da cidade é o Pe. Reginaldo Almeida Morais, estimado pelo povo, (tem uma equipe maravilhosa que colabora com os serviços paroquiais, como D. Bárbara, e tantos outros) e que tem a missão de dirigir e estimular esse povo que é portador de tantas e belas tradições.

Também lá descobri vestígios da Irmandade da Boa Morte. Há um forte argumento entre sérios historiadores (como o professor Cid Teixeira) de que até o início do século XX, havia no Recôncavo Baiano, algumas dezenas de Irmandades da Boa Morte. Na igreja de Maragogipe há um altar com a imagem dessa devoção, isto é, Maria está deitada num esquife mortuário. Também o estudante-pesquisador, Sócrates, trouxe-me um quadro, uma litogravura, que precisava ser restaurado, com uma estampa referente a Nossa Senhora da Boa Morte, com os dizeres: "Nossa Senhora da Boa Morte que se venera na cidade de Maragogipe - 1879", e que pertence a Conceição Maria Cardoso. Há ainda uma outra gravura que pertence a Luis Cláudio Nunes Laranjeiras, que herdou do avô, Manuel Lucas Laranjeiras, conhecido como Bibi. Ambas foram restauradas e estão sendo apresentadas nesse trabalho.

Todavia esses quadros aos quais me refiro, são um testemunho inegável e eloqüente da presença dessa Irmandade naquela cidade. Sócrates me falou de D. Leopoldina, que foi da Irmandade e que falecera com mais de 100 anos. Muitos na cidade ainda se lembram que ela tinha o costume de vender quitutes e doces na Sexta-Feira Santa: quindins, cocada, alferes (um doce feito com mel), coquinho (um doce redondo como um coco).

A descoberta dessas duas gravuras do século XIX confirma, de forma concreta, a existência da Irmandade da Boa Morte em Maragogipe. Agora há uma prova material dessa presença e que, infelizmente, acabou-se. Esse registro permanece como prova documental do lugar daquela Irmandade. A devoção, certamente era grande no meio dos afro-descendentes, a ponto de muitos deles terem em casa essas gravuras devocionais, o que não foi registrado, até agora, em Cachoeira.



N.ª S.ª DA BOA MORTE
que se venera na Cidade de
Maragogipe

1879



ARQUITETO - ÁLVARO AUGUSTO DA SILVA NETO - RESTAURADOR
PROFESSORA ANA MARIA VILAR AUGUSTO DA SILVA - RESTAURADOR

CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS, CONSTRUÇÃO CIVIL, CONSULTORIA PROJETOS E ACESSORIA TÉCNICA

FICHA DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE PAPEL

OBRA DE ARTE DOCUMENTO JORNAL OUTROS

IDENTIFICAÇÃO

INVENTÁRIO Nº: _____

TÍTULO: N.º 5ª DA BOA MORTE ASSUNTO: SACPO
AUTOR: JOURIAN ? ÉPOCA: 1870
TÉCNICA: LITOGRAFURA
DIMENSÕES: (Altura: 0,32 m), (Largura: 0,22 m)
PROPRIETÁRIO: SEBASTIÃO HEBER
PROCEDÊNCIA: TEL. Entrada: _____ Saída: _____
RESTAURADOR: ANA MARIA VILLAR-NATLIE AUXILIAR: GOR SOUZA-VARISSA BARROS

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM REGULAR PÉSSIMO

EXAME PRELIMINAR

INTERVENÇÕES ANTERIORES

DIAGNÓSTICO:

<input checked="" type="checkbox"/> Manchas	<input type="checkbox"/> Alcalinidade	<input type="checkbox"/> Rasgos e Cortes
<input type="checkbox"/> Fita Adesiva	<input checked="" type="checkbox"/> Manchas de Água	<input checked="" type="checkbox"/> Ondulações
<input type="checkbox"/> Cola	<input type="checkbox"/> Dobras	<input type="checkbox"/> Perda de Pigmento
<input checked="" type="checkbox"/> Fungos	<input type="checkbox"/> Ferrugem	<input checked="" type="checkbox"/> Perda de Suporte
<input checked="" type="checkbox"/> Insetos	<input type="checkbox"/> Gordura	<input checked="" type="checkbox"/> Acondicionamento
<input checked="" type="checkbox"/> Sujidades	<input type="checkbox"/> Oxidação da Tinta	<input type="checkbox"/> "Tijolo"
<input checked="" type="checkbox"/> Acidez	<input checked="" type="checkbox"/> Poeira Acumulada	<input checked="" type="checkbox"/> Escurecimento

FOTOGRAFIAS

<input type="checkbox"/> Preto e Branco	<input checked="" type="checkbox"/> Luz Difusa	<input type="checkbox"/> Ultra Violeta
<input checked="" type="checkbox"/> A Cores	<input type="checkbox"/> Luz Rasante	<input type="checkbox"/> Infra Vermelho
<input checked="" type="checkbox"/> Macrofotos	<input type="checkbox"/> Transluminiscência	<input type="checkbox"/> Raio X
<input type="checkbox"/> Fotomicrografia	<input type="checkbox"/> Luz Monocromática de Sódio	<input type="checkbox"/>

EXAMES COM APARELHOS DE PRECISÃO

<input checked="" type="checkbox"/> Lupa Monocular	<input type="checkbox"/> Microscópio x 30	<input type="checkbox"/> Ultra Violeta
<input type="checkbox"/> Lupa Binocular	<input type="checkbox"/> Microscópio x 50	<input type="checkbox"/> Infra Vermelho
<input type="checkbox"/> Lupa Binocular Micros.	<input type="checkbox"/> Microscópio x 100	<input type="checkbox"/> Raio X
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Monocromática de Sódio

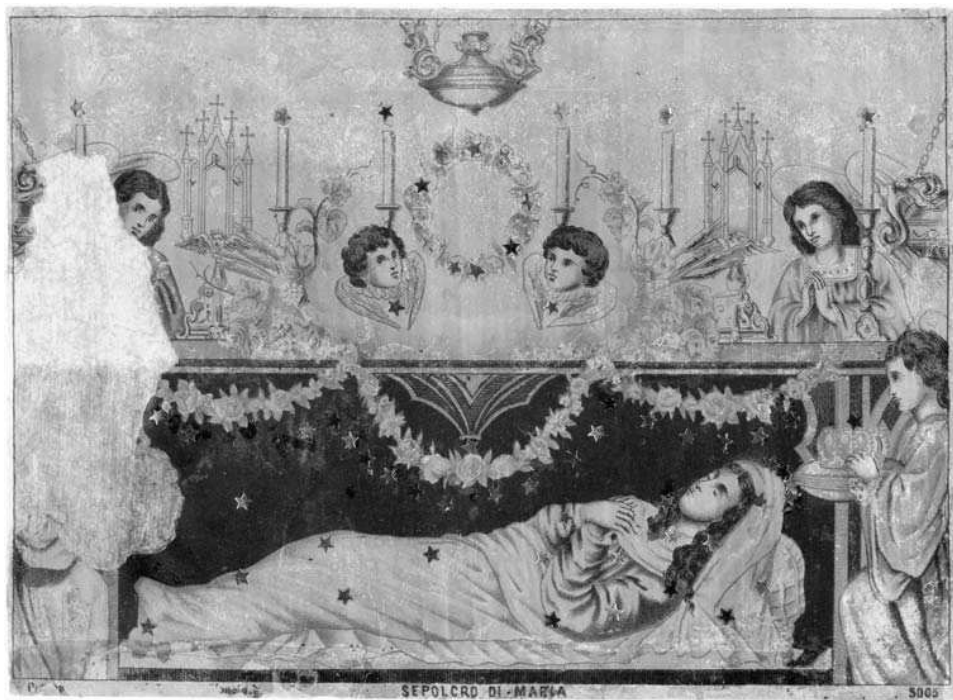
ANÁLISES QUÍMICAS

Destrutiva Não Destrutiva

<input type="checkbox"/> Pigmentos	<input type="checkbox"/> Suporte	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Resinas	<input type="checkbox"/> Tintas	<input type="checkbox"/>

DADOS - OBRA / AUTOR

W. ROBENS JUNIOR



Ambas as gravuras foram restauradas pela Oficina AM Restauro, a cargo da Dr^a Ana Maria Villar e Natalie Roth, auxiliadas por Igor Souza e Larissa Barros. A primeira gravura foi feita pela técnica da litogravura e tem como autor Jourian e é datada de 1879. Na base do trabalho há uma inscrição: Lith a vapor (que também poderia ser: a vaper ou, a vapir – refere-se isso à técnica?) de Jourian. Também se vê dois números: 238 e 316. Como hipótese, pode-se perguntar se eles se referem à quantidade de litogravuras que foram feitas. A segunda tem na parte inferior um título em italiano: Sepolcro di Maria e a técnica é a de reprodução serigráfica sobre papel, não tem data, mas contém um número (5005), que, certamente indica a quantidade de cópias reproduzidas. A restauração foi feita por Natalie Roth e auxiliada por Igor Souza.

Sócrates, esse jovem pesquisador deu-me informações preciosas sobre o desaparecimento dessa devoção naquela cidade. O Pe. Manoel de Oliveira Lopes, que se tornou Bispo, em 1887 fundou a Pia União das Filhas de Maria. Este foi substituído pelo Cônego Adolfo José da Costa Cerqueira, falecido em 11/04/1929. Ele era um homem que tinha fama de santidade, usava cilício e todos os seus irmãos e irmãs se tornaram padres e freiras. Mas ele repudiava o candomblé. O contexto histórico da Igreja Católica, na época, era o do Ultramontanismo, movimento da segunda metade do século XIX que refletia a tendência centralizadora do Catolicismo, com tendência a controlar com mão forte, sob a égide dela (Papa, Bispos e Padres/Vigários) todos os movimentos. As Irmandades sempre representaram uma tendência leiga, de independência e sempre houve conflitos entre “os administradores oficiais do sagrado” (HOONAERT, 2001,p.39) com elas.

Nessa época, a hierarquia da Igreja, refletindo o espírito ultramontanista, tentava abolir as manifestações religiosas antigas, que já estavam profundamente enraizadas no catolicismo

popular – elas eram consideradas como aberrações, anacronismos, e fruto de um fanatismo de gente não muito instruída.. Prevaleceu um novo espírito, traduzido nas novas devoções que foram introduzidas. As antigas foram substituídas pela devoção ao Sagrado Coração e pela Pia União das Filhas de Maria. Tudo que representasse as antigas devoções, como o pagamento das promessas através dos ex-votos, a veneração ao Senhor Morto, as romarias descentralizadas do poder eclesial, as devoções ligadas à auto-flagelação, e tudo que implicava no imaginário da Boa Morte, não correspondia a essa nova visão católica – era uma política hegemônica que pretendia direcionar tudo para um único alvo, a centralização romana da época.

Mas se tratando de uma Irmandade composta por mulheres negras, escravas alforriadas, a preocupação era ainda maior com relação ao controle da Igreja sobre elas.

Dessa forma, pouco a pouco, as Filhas de Maria foram ocupando o lugar-espaco dessa Irmandade, chegando mesmo à sua extinção em Maragogipe.

Ainda é cantado na igreja paroquial de Maragogipe esse Hino a Nossa Senhora da Boa Morte:

Minha Mãe do Céu tão querida
Sem ti minha vida é morrer
Deixa-me contigo Maria
Contigo no Céu a Deus vê

Côro
Neste mundo infeliz, desterrado
Como posso deixar de chorar
Com saudade de ti, Céu amado
E por ti deixar de suspirar?

Oh! Meu Deus como é longa essa vida
Para quem só deseja te ver
Como espero ansioso a partida
Não, não posso da morte temer

Como um cervo a beber sequioso
Buscar fonte onde a sede apagar
Eu suspiro por ti Céu formoso
Eu reclamo por ti sem cessar

IRMANDADES

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

As Irmandades e Confrarias são verdadeiros ícones da religiosidade católica; respondem, juntamente com as ordens terceiras, pela expansão do catolicismo entre as camadas mais populares da sociedade. elas estão, junto às Ordens Terceiras, entre as responsáveis pela expansão do catolicismo entre as camadas mais populares da sociedade.

Os termos Irmandade ou Confraria e Ordem Terceira denotam situações semelhantes: são associações leigas que se organizam com o objetivo de desenvolverem uma devoção a um santo especial para eles.

As próprias Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, no século XVIII, faz essa aproximação entre essas entidades assinalando suas obrigações religiosas:

Como para se alcançarem os bens espirituais, que se pretendem das instituições das confrarias, o principal meio seja o santo sacrifício da Missa , ordenamos e mandamos a nossos visitantes, que nas confrarias em que não se achar obrigação de missa para se dizerem pelos confrades vivos de defuntos , a ponham e taxam em certo número, com declaração dos dias... (Apud BORGES, 2005,p.54).

O surgimento das irmandades negras no Brasil escravocrata setecentista aparece como um grande acontecimento que proporciona ao africano e seus descendentes espaço de significativa autonomia. Os negros libertos, pertencem, muitas vezes, a uma ou mais instituições religiosas. Essa pertença é fonte de prestígio, implica em sentimento de cidadania e promove oportunidade em uma eficaz rede de estratégia e resistência sócio-cultural. Os negros não têm outras opções naquela época. Esses “espaços autônomos” se constituem em terreno fácil para insurreições, conchavos, sem falar nos malês que detêm a escrita e, sendo ela um dos meios para escaparem ao controle do branco que não lia o árabe.

Os estudos de Armando Castro atestam que as irmandades negras contribuem decisivamente para a preservação e difusão de valores étnicos e de resistência cultural, além de fazer com que os negros encontrem, por meio delas, espaço que possibilite autonomia num país de regime escravocrata, implacável na arte de descaracterizar uma parcela considerável de sua população. (2006, p.45).

Conforme ressaltado, os escravizados que chegam ao Brasil provêm de diversas regiões da África, pertencem a grupos étnicos diferentes, falam línguas diversas, ou seja, são de “nações” diferentes. E, chegando ao Brasil, eles eram mantidos assim, pois havia interesse, por parte dos governantes, de “dividir para reinar”. Dado o fato de a população branca ser minoria, havia o constante perigo de uma união dos negros, em caso de revolta, contra o grupo dos senhores. Nesse sentido os senhores sempre procuraram tirar proveito das divergências naturais entre diversas etnias. Não apenas permitem, mas até favoreciam suas festas, os “batuques”, os divertimentos dos escravos aos domingos, mas o intuito não era apenas para que a dureza de uma semana de trabalho fosse esquecida. Mesmo assim, o fato de falarem línguas diferentes não impediu dos negros se organizarem, haja vista os idiomas pertencerem a troncos comuns.

Por conseguinte, dizia o Pe. Antonil no século XVII, deixai-lhes alegres cantarem e dançarem honestamente durante algumas horas, um certo numero de dias por ano e divertir-se honestamente à noite, depois de terem celebrado pela manhã as suas festas de N. Sr^a. do Rosário, São Benedito e ao padroeiro do engenho.(FONSECA,1983,p.64).

Porém, segundo os autores citados, os senhores permitem aos escravizados se divertirem aos domingos, “menos em obediência à Igreja, que por interesse econômico”, pois, de fato, ficam mais dispostos para o trabalho que começava no dia seguinte.

O Conde dos Arcos, em um texto do início do século XIX, mostra as diferenças étnicas e culturais das relações entre os escravos e o resto da sociedade, além de dar várias outras informações preciosas sobre a vida deles:

O governador olha para os batuques dos negros como para um ato que os obriga, insensível e maquinalmente, de oito em oito dias, a renovarem as idéias de aversão recíproca que lhes eram naturais desde que nasceram e que, todavia, vai-se apagando com a desgraça comum (...) pois se uma vez as diferentes nações de africanos se esquecem totalmente de sua raiva com que a natureza os desuniu e, então, os angolanos vierem a ser irmãos com os nagôs, os jejês com os haussás, os tapas com os sentys, assim grande e inevitável perigo desde então assombrará e desolará o Brasil.(RIBEIRO,1978,p.25)

De fato, os senhores têm razão, pois a história mostra que é falsa a imagem do africano submisso: “Nenhuma categoria lutou de forma tão veemente e conseqüente contra a escravidão do que a dos escravos.” (BERGMAN,1978, p.53).

Em 1804, os negros haviam tomado o poder em Haiti, após um violento massacre aos brancos. Vinte anos depois, a França

reconhece a independência do país. Na revolta dos escravizados havia também um elemento a considerar, além da própria dureza e injustiça da escravidão, o racial:

O Brasil não se limitou a recolher da África a “lama” de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais, que lhe amaciou a terra seca. Vieram da África “donas de casa” para seus colonos sem mulher branca, técnicos para minas, artífices em ferro, negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril, comerciantes, sacerdotes e tiradores de reza maometana. (BERGMAN,1978,p.67).

De fato, os nagôs e os haussás, na África, eram todos senhores de escravos e de terras. Os reis de Abomé escravizados, não podem aceitar para si o “destino” da escravidão. É notória a participação de escravos de tradição maometana como insufladores de grandes revoltas, além dos sacerdotes e de líderes negros que, sem dúvida, têm papel decisivo em toda forma de resistência e,



particularmente, nas revoltas. Para fazer frente ao espírito crescente de revolta, é conhecida a atitude de alguns senhores que chegam mesmo a atizar certas rivalidades étnicas, oferecendo, por exemplo, cargos e dando posições de destaque ou liderança para alguns e desprestígios a outros.

O resultado desse agrupamento de escravizados em “nações”, isto é, a partir da origem étnica, conserva melhor e, por mais tempo, as suas atividades de reis e de rainhas, os instrumentos, a música, os tipos de danças, as palavras africanas, assim como conservam muitas comidas originárias das próprias terras. É importante sublinhar que muitas dessas manifestações foram reduzidas a momentos folclóricos e, pouco a pouco geraram, por exemplo, os Reis do Maracatu e do Carnaval. Na verdade, constatou-se uma mobilização espantosa, pois foram “nações” inteiras que vieram para o Brasil.

Como indicados na introdução, as civilizações aqui introduzidas no Brasil por meio das “nações” africanas podem ser representadas através dos seguintes grupos: sudaneses – representados pelo grupo ioruba –, as civilizações islamizadas e os bantos, incluindo o grupo chamado da Contracosta, isto é, região onde hoje se localiza Moçambique.

A prática política de agrupar os negros em “nações”, além de permitir a perpetuação das tradições culturais e religiosas, possibilita um desenvolvimento de solidariedade e a recriação das etnias por agrupamentos. Na cidade, onde, acredita-se que o negro é mais livre, assim tem mais possibilidade de se locomover, de encontrar irmãos, de falar a própria língua, e conseqüentemente com mais possibilidades de até mesmo conspirar contra o sistema. Existem também os “negros de ganho”, isto é, aqueles cuja missão de passar o dia na rua vendendo objetos, verdura, comida, ou aves (galinha, peru). À noite retornam para entregar o resultado da venda aos respectivos senhores. Muitos desenhos e pinturas dessa época retratam as negras escravas com um tabuleiro na ca-

beça e o bebê preso às costas, deixando assim as mãos livres para o trabalho. No Togo e Benin, tive oportunidade de constatar essa cena: as mulheres têm muita prática para “amarrar” o bebê às costas e sem precisarem de ajuda de terceiros.

Essa prática de separação em “nações” alarga-se à Igreja, exatamente porque os negros continuam divididos por grupos nas Irmandades ou Confrarias. Não será exaustivo dizer que “a Igreja, permitindo aos negros reunirem-se em confrarias, está na origem do sincretismo do catolicismo com a religião africana, mais do que da catolicização do negro.”(BASTIDE,1971,p.82).



Nota-se, então, certas mudanças na maneira de viver o catolicismo: a religião do século XVIII é caracterizada pela presença mais marcante de confrarias na cidade. As confrarias têm duas finalidades principais: religiosa e social. Quanto à primeira, consiste em celebrar as festas, cumprir as devoções, realizar enterros cristãos dos associados. A dimensão social consistia em resolver certos problemas no campo econômico, assistência em caso de doenças graves e de pobreza extrema. Há certas “Casas de Mise-

ricórdia” que pertenciam às confrarias. No entanto as confrarias na eram restritas somente para negros. Os brancos também se organizam em confrarias separadas, normalmente. Nas cidades mais povoadas há Confrarias de mulatos ou ainda aquelas organizadas por nações, Confrarias dos iorubas, dos congos, dentre outras.

Entrar nas Irmandades representa, para os negros, além de honra, promoção social. Este é um dos motivos pelos quais para elas acorrem massivamente. Há sinais de pertença às Irmandades e Confrarias: eles tinham uma “opa” com uma cor característica, ostentando um distintivo, tinham uma igreja particular, além de poderem desfilar nas procissões em lugar de destaque.

É no interior das Confrarias que se farão as assimilações e o sincretismo. Os jesuítas, com relação aos índios, aceitaram certos valores nativos, aqueles que não inquietavam a Igreja, que poderiam ser interpretados em termos cristão...dos negros, aceitam-se os costumes que podem adaptar-se ao catolicismo, que são reinterpretados e recebem novo significado: realezas nacionais, chefias tribais, os reis de confrarias são eleitos por seus membros. Isso possibilita maior obediência dos súditos e eles se tornam os intermediários dos brancos. São os canais de controle dos brancos. (BASTIDE,1971,.82).

A procissão é uma forte tradição lusitana, e torna-se um elemento importantíssimo para entendermos o catolicismo dessa época, pois não poderia haver solenidade religiosa sem ela. Celebração religiosa era sinônimo de procissão. É o momento do cortejo triunfal, em que o santo era enaltecido e glorificado. As próprias “Ordenações do Reino” – corpos de leis que vigoravam em Portugal e no Brasil, no período colonial e imperial - determinam certas procissões como obrigatórias e só as pessoas que habitam a mais de “uma légua” de distância é que estão dispensadas.

As festas do pátio da Igreja, as procissões de rua, tornaram-se também ocasião de namoro...as moças cantando quadras a São Gonçalo [...] nos dias tristíssimos da semana santa, representações de cenas da Paixão, sermão em voz tremida, gente chorando alto com pena de Nosso Senhor, mulheres de preto, homens de luto fechado... Desfilavam-se irmandades, confrarias, as ordens terceiras, uma variedades de hábitos e de opas, banda de musica, penitentes nus da cintura pra cima[...] (FREYRE, 2000, p. 408).

As Confrarias não somente ajudam a organizar o catolicismo popular, mas o impulsionam. Nelas as tradições africanas começam a se adaptar à nova realidade imposta. Desse modo, foi-lhes permitida a conservação das suas tradições.

AS BOAS MORTES CELEBRAM A VIDA

Em Cachoeira

O mês de agosto é marcado pelas celebrações que homenageiam a subida aos céus de Maria, a Mãe de Cristo. Na tradição católica, tal crença que Maria não teve o corpo corrompido, após a morte, como o de qualquer mortal, recebe na devoção dos fiéis vários títulos: Nossa Senhora da Glória, da Vitória, da Assunção. O termo Boa Morte corresponde a uma devoção que veio de Portugal e teve uma expansão no Brasil, especialmente forte na Bahia.

A devoção da Irmandade da Boa Morte surge no século XVII, no contexto barroco, de modo oficial, na Igreja Católica. Porém, tradição está registrada nos primórdios do cristianismo na cultura bizantina, que chama esse momento na vida de Maria como Dormição. A Contra-Reforma Romana, por intermédio de escritores e pensadores como Inácio de Loyola, Frei Luis de Granada, Frei Heitor Pinto, trazem um vetor na doutrinação que pretende transformar a vida numa prática espiritual cotidiana para bem morrer. Nessa época divulgam-se os Tratados de Exercícios Espirituais em que não faltam meditações, propósitos de vida, práticas de oração mental e vocal, para bem preparar a morte. Surgem mesmo as “Ars Moriendi” (A Arte de Morrer), autênticos manuais de preparação à morte, dos quais vários títulos são encontrados em Portugal. O culto e expansão desta tradição estão intimamente relacionados com os jesuítas. Com efeito, é a Igreja-Mãe dessa ordem religiosa, em Roma, onde pela primeira vez

se dedica um altar a Nossa Senhora da Boa Morte e se institui uma Irmandade sob essa invocação. À novidade desse culto associa-se uma série de graças e indulgências especiais. Em 1660 o culto já chega a Lisboa pelas mãos dos jesuítas. Registra-se uma larga adesão e, em breve tempo, muitas igrejas de Portugal, ainda que não jesuítas, seguiram o exemplo de Lisboa.

Como todas as outras tradições do culto católico, essa também é introduzida no calendário católico brasileiro. Estudos apontam Salvador e, sobretudo o Recôncavo, como centro de grande desenvolvimento dessa devoção. As primeiras memórias estão relacionadas com a Barroquinha (no início do século XIX), a partir dela é que teria havido a expansão para outras cidades. O ilustre prof. Cid Teixeira, memória viva da Bahia, relembra que sua avó foi “Priora” na Irmandade da Barroquinha.

Mas, na verdade, essas irmandades foram pouco a pouco desaparecendo. A única que permanece mantendo a tradição e o fervor é a da Boa Morte de Cachoeira. Nesta cidade o culto a Maria é claro, não apenas durante os três dias de festa religiosa - há também mais dois dias de festa secular (lá eles chamam de festa “profana”), com samba de roda, caruru e cozido. A presença de Irmandade da Boa Morte em Cachoeira é fruto de uma natural expansão, ou é resultado de alguma perseguição na Capital? Na verdade, essa Irmandade tem características de um sincretismo especial, pois elementos do que é possível considerar como africanidade a sustentam. Ela é composta apenas por mulheres negras, as quais somente passam a integrar o grupo a partir dos 40 anos, idade na qual acredita-se que os filhos estejam criados e as paixões humanas acalmadas. Raul Lody (1981, p.10) afirma que “[...] já velhas, viúvas ou sem nenhum outro interesse material, diria, sexual, podem consagrar sua devoção de irmãs, como um verdadeiro voto casto de religiosidade”.

Os estudiosos crêem que Luiza Mahin, a líder do movimento Malê de 1835, passa ou se esconde em Cachoeira, sob os véus da

Irmandade. Independente da verdade histórica do fato ou até da existência dela (seria uma figura-símbolo da resistência negra?), a história da Irmandade está associada a segredos, mistérios, evocações dos mortos, lugar de resistência, que a identifica como um espaço de luta política. O culto mariano da Boa Morte, - por sua vez, resquício dos arquétipos tecidos pelos jesuítas e vivenciados pela devoção portuguesa – ao migrar para Cachoeira, modifica-se, pois integrantes da Irmandade estão associadas aos cultos do candomblé, sendo muitas delas Mães-de-Santo.

Podemos, com muita propriedade, nos perguntar por que a devoção da Boa Morte se integra de forma tão singular às irmãs negras de Cachoeira? Por que, pelo menos simultaneamente, não houve uma Irmandade para senhoras brancas?

Em São Gonçalo dos Campos

É possível considerar que a força político-religiosa da Irmandade da Boa Morte de Cachoeira tenha promovido uma migração do culto para localidades próximas geograficamente, a exemplo da Irmandade de São Gonçalo dos Campos. Certamente, é uma migração da de Cachoeira, haja vista aquela localidade ser distrito desta até à emancipação em 28 de julho de 1884. Em São Gonçalo dos Campos todo o ritual é menos faustoso, as indumentárias são mais simples, tendo apenas um vestido festivo, tipo roupa de baiana, mas com uma fita amarela que sustenta uma medalha de Nossa Senhora, (em Cachoeira elas vestem três diferentes roupas nas cerimônias religiosas). Mas a devoção a Maria é comum a ambas. Há quase 30 anos a senhora Maria da Conceição Cazumbá, conhecida como D. Martina, é a presidenta vitalícia. Conforme a tradição, substituiu a mãe Maria Tomázia Felícia, que substituiu a avó Maria Bilô Felícia.

No dia da festa, no final de agosto, há missa e procissão, e em seguida um almoço. O comércio ajuda para a realização des-

se evento. Elas promovem leilões, fazem passeios com o grupo a fim de arrecadarem proventos visando realização da festa. Para integrar o grupo não há exigência de cor, podem ser casadas, solteiras, até desquitadas, mas afirmam, “que tenham vida digna”. Mas, diferentemente de Cachoeira, elas não se identificam com o candomblé.

Elas procuram, além do culto religioso, terem inserção na sociedade. Na época da festa de Corpus Christi, costumam ir à Delegacia, solicitam a liberdade do preso mais bem comportado, e por ele se responsabilizam. Também os mais pobres da cidade são beneficiados com cestas básicas, e são visitados em momento de doença. Recentemente faleceu Joana Pedro, de 93 anos e o funeral contou com a presença das irmãs com orações especiais. Também participam com grande devoção dos festejos de Pentecostes, ocasião em que há um cortejo com a pomba que simboliza o Espírito Santo.

Em Santa Brígida

Além dessas duas Irmandades da Boa Morte, há uma terceira que está, localizada num outro extremo da Bahia. É a Irmandade da Boa Morte de Santa Brígida, cidade próxima a Paulo Afonso, atualmente com cerca de 18.000 habitantes. A devoção chega à cidade nos inícios da década de 50, pelas mãos de Madrinha Dodô, seguidora do Beato Pedro Batista.

Não se sente, na prática desse grupo, nenhuma ligação com as outras Irmandades da Boa Morte existentes, sobretudo com a de Cachoeira. Nessa região a influência afro é reduzida, tanto pela distância com o Recôncavo, quanto pela história da ocupação do lugar, assim, não se pode perceber nenhuma continuidade entre ela e as tradições das outras. Certamente a ligação é feita com o catolicismo popular na expressão barroca, vindo de Portugal. Pedro Batista, o fundador de Santa Brígida, que se tornou uma figura messiânica, chega na região em 1945. O povoado era algo insigni-

ficante: possuía menos de 50 casebres e uma população mal vista pelos vizinhos. Pedro Batista, rejeitado no início, foi pouco a pouco conquistando a confiança do povo. Com ele vêm seguidores, cujo número cresce a ponto desse fluxo preocupar as autoridades com relação ao surgimento de uma nova Canudos.

Madrinha Dodô foi uma das mais fiéis seguidoras. Ela foi copeira do Pe. Cícero do Juazeiro. Com a morte deste, volta para Água Branca, Alagoas, sua terra natal, onde conhece o Padrinho Pedro Batista. No entanto, do Juazeiro, trouxe a devoção da Boa Morte, praticada naquele município, anualmente também no mês de agosto. As devoções introduzidas por Pedro Batista e acompanhada pela Madrinha Dodô tem uma forte tônica penitencial: tudo gira em torno dessa preocupação. Diariamente os fiéis seguidores do Beato e da Madrinha, as mulheres de branco e a maioria se veste sempre dessa cor e tem uma espécie de véu (há homens que se vestem também de branco, de acordo com a vontade do Padrinho Pedro Batista, como é chamado). A celebração litúrgica da Boa Morte é feita assim: faz-se um círculo em frente ao altar e começa-se a rezar. A principal característica do culto é que se reza um tipo de terço no qual as pessoas se ajoelham 100 vezes, como sinal de penitência. Algumas pessoas mais idosas não conseguem, mas há um grupo de jovens que formam um círculo em torno da imagem de Maria, deitada num sarcófago e, a partir deste círculo a oração é desenvolvida. Há entre tantas outras orações, um cântico trazido pela Madrinha e que ainda hoje é cantado nessa ocasião:

Prostrado a vossos pés, pedindo a Deus perdão, Senhora da Boa Morte tende de nós compaixão. Senhora da Boa Morte, abençoa nossos passos, livrai-nos das tentações e de todos embaraços[...] Nos campos de Josafá, dai-nos conforto e sorte, recebei nossos espíritos e abençoa a nossa morte. Ofereço esse bendito ao Senhor que está na Cruz, Virgem Mãe da Boa Morte nos cubra de graça e luz.

Há ainda um outro canto trazido por Madrinha Dodô, que integra a liturgia de Santa Brígida:

Prostrado a vossos pés,
Pedindo a Deus perdão
Senhora da Morte
Tende de nós compaixão

Senhora da Boa Morte,
Abençoa nossos passos,
livrai-nos das tentações
e de tantas agonias

Senhora da Boa Morte
Abençoe nossos dias,
Parentes e amigos também,
A vós rogamos
Pelos nossos inimigos

Nos campos de Josafá
Dai-nos conforto e sorte,
Recebei nossos espíritos
E abençoe a nossa morte

Ofereço esse bendito
Senhor que está na Cruz
Virgem Mãe da Boa Morte
Nos cubra de graça e luz

Desse modo, a Boa Morte é celebrada na Bahia. Que continuidades e descontinuidades permeiam essas Irmandades? Qual a sua procedência? Há elementos sincréticos ou simplesmente traduz o espírito do catolicismo popular?

CULTOS FÚNEBRES

ORGANIZANDO A MORTE

A festa da Boa Morte conserva aspectos tanatalógicos que refletem a visão judaico-cristã acerca da morte, como episódio de passagem, motivo de festa e transcendência entre dois mundos. São famosos os banquetes funerários dos primeiros cristãos, chamados de “refrigerium”, que eram uma apropriação dos banquetes funerários dos romanos. Mas há uma incidência de elementos das crenças afras de que elas são tributárias. Não é sem razão que na primeira noite da celebração da Boa Morte, em Cachoeira, onde Maria está morta e se comemora as irmãs falecidas, há, após a Missa, uma refeição chamada de Ceia Branca constituída de alimentos leves e simbólicos: pão e vinho, peixe, arroz branco e verdura, tudo sem azeite e sem pimenta – é mais uma refeição litúrgica. A própria Ceia Eucarística de Cristo, na 5ª Feira Santa, é uma antecipação de sua morte e ressurreição: “Isto é o meu corpo...isto é o meu sangue... que serão entregues por vós”. Entra-se naquele mistério de Cristo participando da Ceia-Banquete. Com a refeição fúnebre, há um “rito de revitalização” (BAYARD, 1996, p. 16).

Mello Morais (Apud BORGES, 2005, p. 169), apresenta em descrição sobre os costumes mortuários de origem afra existentes no Brasil, um rito, provavelmente malê, realizado em Penedo, que continha três partes distintas: “o jejum e as rezas, os sacrifícios (de animais), os banquetes e as danças”.

Em Angola havia também o costume do uso da comida nos ritos fúnebres. Arthur Ramos cita uma cena :

O enterro faz-se, normalmente num arimo (propriedade agrícola) pertencente ao falecido ou ao parente mais próximo. A posição do cadáver nuns lugares é horizontal, noutros sentado, e junto dele toda a variedade de comidas, a fim de alimentar os manes do defuntos. O epílogo da cerimônia é uma grande comezaina, seguida de embriaguez. (Apud BORGES. 2005,p.171).

Cada povo, diferentemente uns dos outros, sempre investe em rituais que garantam aos seus mortos uma boa passagem na viagem para o além. Tanto nas culturas africanas, em foco nesse estudo, como na portuguesa, o morto era cercado de muitos cuidados como cortar cabelo, fazer a barba, banhos, etc. Após tais preparativos, o morto estava em condições de ir para o além. Prevalece, nessa visão, a importância do encontro com os ancestrais.



Será que a convergência de todas essas tradições foi se resignificando, apresentando um arcabouço afro-cristão, na preparação da imagem de Maria morta para o seu dia da Glória, da Vitória, da Boa Morte? Pode-se falar num rearranjo simbólico para o qual muito concorre o ritual da herança cristã. A visão da morte no imaginário barroco passa a compor o dia-a-dia das integrantes das irmandades - aliada à vivência afro das depositárias da tradição, no caso específico da Boa Morte.

O estudioso alemão, Titus Riedl, apresenta um trabalho (ainda não publicado) no XIX Congresso de Antropologia em Salvador sobre a Boa Morte de Santa Brígida, intitulado “Viva a Boa Morte”. É um trocadilho que busca exprimir a dinâmica do que essa festa-celebração quer significar: vida que brota da morte. As irmãs são, ao lado da presença das crenças afros, detentoras de uma expectativa cristã que entra pelo viés da religião tradicional, às quais associam suas esperanças, seus desejos, seus temores, suas crenças evocativas, populares e cristãs, numa simbiose que é difícil distinguir uma da outra, pelo menos naquela realização. São dois mundos que se encontram - de um lado, o mundo material, do outro, o espiritual, como dualidade fomentadora de comportamentos e simbolismos, medos, tradições, memórias.

A Igreja, na sua doutrina, apresenta promessas sobre a salvação e atribui um valor à eternidade. Por outro lado há uma ênfase na vida como “vale de lágrimas”, tão em moda nos séculos da colonização. Essa teologia “é de molde a atrair os pretos”, diz Julita Scarano (1976, p.53), e também não deixa de interessar aos seus senhores. Apoiada em René Ribeiro, ela confirma que “esse tema é da mesma forma importante nas religiões africanas, o que contribuiu para a sua aceitação no Brasil”.

Para o cristianismo a morte permanece sempre como um mistério. Mas um mistério cercado de respeito até pelos que não crêem. E para aqueles que acreditam, a morte é seguir as pegadas de Cristo; a morte permanece, assim, como uma vitória com aparên-

cia de derrota, morte que é essencialmente não-morte. Maria não teve outro destino, a não ser aquele do seu Filho. É a primeira criatura vitoriosa. Há nos textos litúrgicos, na missa dos funerais, palavras de esperança e de consolo: “A vida não é tirada, mas transformada... aos que a certeza da morte entristece, a promessa da imortalidade consola... desfeito o nosso corpo mortal, nos é dado nos céus, um corpo imperecível” (Prefácio da Missa dos Mortos).

Castro lembra que a morte, na visão afra, aparece como o grande elemento de re-ligação entre dois mundos. É como se ela, num outro estágio, não deixasse os seus. Trata-se de uma etapa necessária para a chegada ao Orum – território consagrado aos deuses e orixás – à eternidade, à paz, à justiça e à clarividência. “Pesquisar a festa enquanto dinâmica polissêmica é, antes de tudo, pesquisar a própria condição humana.” (2006,p. 67). Vi na minha visita à África, precisamente em Cotonou, capital do Benin, o costume de sepultarem as pessoas numa casa localizada no mesmo terreno onde o indivíduo morava, e isso para significar uma continuidade e proximidade.

Na interação com os rituais católicos, os irmãos e irmãs africanos adaptam suas crenças a uma nova sobrevivência e, assim, novos conteúdos significativos foram incorporados aos seus imaginários escatológicos de origem.



RITOS FUNERÁRIOS



Há condutas com relação ao morto que obedecem a constantes universais, no entanto, para cada cultura há justificativas. Isso pode ser visto a partir de duas leituras, conforme Bayard (1996,p.11):

— No plano do discurso manifesto: a sua significação é clara. É necessário organizar o futuro do morto, compondo-se com a abjeção da corrupção e favorecendo sua entrada para um estatuto de sobrevivência potencial. Portanto, as pessoas dizem e crêem que o destinatário do rito é o morto. Mas essa realidade destinada ao serviço do defunto não deixa de ser ambivalente.

— Mas há um outro plano, que é o do discurso latente, no qual se pode reconhecer verdadeira defensiva, correspondente aos mecanismos confusos, inventados pela imaginação para afas-

tar a angústia. O sentido profundo e a função fundamental dos ritos funerários dizem respeito, sem dúvida, só ao homem vivo, indivíduo ou comunidade. É necessário dominar simbolicamente a morte para tranquilizar, curar e prevenir. Esses ritos manifestam vivo desejo de atenuar a morte, de ultrapassá-la, numa palavra, de negá-la. Enfim, são ritos de vida .

Tem lugar especial a toailete mortuária, elemento quase universal, bastante ilustrativo da intenção de exprimir as atenções devidas à pessoa do desaparecido e de prolongar a vida com ele. A toailete mortuária tem, tradicionalmente, duas finalidades: conferir ao morto aparências de dignidade e de purificá-lo, para preparar seu renascimento. Em geral as manipulações são confiadas a mãos femininas, a fim de serem executadas com delicadeza materna. Aliás, em muitos lugares, a parteira é também a amortalhadora, e esse ritual se chama “maternagem do morto” (BAYARD,1996,p.13). Pode-se sublinhar que em muitos ritos mortuários, os revestimentos do caixão, ou urna, até lembram os cuidados que se tem para com o berço do recém-nascido. Isso tudo remete, confusamente, à maternagem e ao renascimento. É importante sublinhar que na espiritualidade dos bizantinos, que veiculam suas verdades de fé através dos ícones, aquele da natividade, isto é, o do nascimento de Cristo, é altamente significativo. O Cristo neo-nato, tradicionalmente no presépio conhecido como originário de S. Francisco, está deitado na manjedoura. Mas na realização do ícone, a manjedoura é trocada por um sarcófago e Ele próprio não está vestido como um recém-nascido, mas sim no estilo oriental, isto é, está envolvido como uma múmia, com faixas de tecido. A teologia bizantina quer significar que aquele que nasce tem um único destino que é morrer para redimir a humanidade.

Aqui é importante sublinhar os cuidados que as irmãs da Boa Morte de Cachoeira, têm na preparação do esquife de Nossa Senhora. Ali está uma morta que é delas, é alguém da família – mas é uma morta viva.

Também se pode refletir sobre os ritos de retenção do morto, isto é, há cuidados que se dispensam ao morto, prolongando o velório, com cânticos, orações. Na Boa Morte de Cachoeira, Maria permanece três dias sendo velada pelas irmãs. São os ritos de retenção, presentes nos de Maria, que têm como efeito retardar a separação – isso tudo corresponde a um desejo de atenuar o traumatismo da perda. (Bayard, 1996,p.13).

As vigílias fúnebres sempre foram importantes na história da humanidade. As carpideiras são um tema mais do que literário, mesmo que sobre elas pese uma peja de preconceito por serem “mulheres mercenárias contratadas para chorar”, conforme Houaiss. No interior do Nordeste, tiveram um lugar especial nos momentos de velório, as rezadeiras, as cantadeiras, as encomendadeiras de alma.

Particpei de uma banca de Trabalho de Conclusão de Curso na Faculdade 2 de Julho, sobre um tema que diz respeito a essa preocupação. Foi um trabalho das estudantes Carolina Udaeta e Isis Viana sob o título “As encomendadeiras de Alma: a ladainha da morte”. É uma tradição que Carolina conhecia desde criança na sua cidade natal, Santana dos Brejos, cidade situada a 1.000 km de Salvador. É um grupo caracterizado pela presença feminina. Os poucos homens têm o papel de serem guardiões e “levadores da cruz”. Há nessa cidade três grupos que lidam com o mesmo tema. Um é umbandista, os outros dois são católicos. E procuram se distinguir através das roupas que endossam: O primeiro usa fardas brancas com uma cruz nas costas, os outros dois se enrolam em lençóis brancos. Naturalmente que esses grupos estão ameaçados, na manutenção dos seus ritos, pelos novos valores que a mídia leva a essas regiões. Esse ritual reflete a tradição medieval-cristã, trazida pelos portugueses, ligada a ritos de penitência, normalmente desenvolvidos no tempo de quaresma. Essa prática da encomendação dos mortos é relatada por Câmara Cascudo, mostrando que esses ritos são preservados até hoje:

Não havia outra cerimônia mais lúgubre e que maior impressão deixasse no espírito do povo.; era uma procissão destinada a minorar os sofrimentos das almas do purgatório, as quais, desde o século X, o Papa João XVI dedicara dia especial. Chamavam Encomendação das Almas. O aspecto terrífico lhes emprestava a presença dos flagelantes ou penitentes de açoites (...) Muito forte era o pavor infundido pela liturgia desse espetáculo assombrador. (CASCUDO 1999,p. 124).

Essa prática se desenvolve em Santana sempre durante a quaresma, às quartas e sextas feiras, normalmente à meia-noite – nesse clima acontece o ritual de encomendação das almas que estão no purgatório. Esse ritual se desenvolve na cidade há mais de um século, com a participação das mulheres que têm o dom de benzer. Saindo de suas casas elas vão de porta em porta, nas igrejas e, finalmente, no cemitério. Há uma tradição que não permite que quem está em casa, possa olhar para fora e nem abrir portas e janelas. Logo, o lendário traz uma justificativa para essa proibição: quem profanar o mistério, vê um rebanho de ovelhas, que eram as almas e um frade sem cabeça, que lhe entregava uma vela acesa, vindo buscar a pessoa na manhã seguinte. (MORAIS FILHO,1946, p. 118).

Esse foi um trabalho que mereceu os maiores elogios porque gerou uma discussão em torno da preservação do patrimônio imaterial. E ele relaciona-se diretamente às dinâmicas sociais, no sentido de que as múltiplas práticas culturais são portadoras de uma re-significação no espaço e no tempo.

Nas Confrarias e Irmandades ocupava um momento importante, a consagração do tempo aos cuidados que se tinha com os mortos. Havia repreensões de toda a comunidade confrarial quando, por algum acaso, um irmão deixava de participar dos préstitos fúnebres, já que uma “boa morte” dependia da solidariedade dos

vivos. (BORGES,2005,p.165). Nessa teologia entram as contribuições de duas vertentes: a cristã e a afra. A contribuição do imaginário cristão com relação ao momento pós-morte, é tido como crucial para o destino da alma, podendo a ajuda dos vivos influir na salvação dela. A intercessão pelos mortos tinha, entretanto, uma contrapartida que é a reciprocidade. Os mortos podiam, em ocasiões diversas, também ajudarem os vivos, numa relação comunicacional. A idéia da contrapartida dos préstimos fúnebres não é exclusividade do catolicismo. Em alguns povos africanos, vivos e mortos pertencem à mesma família – retomo o caso no Benin, onde assisti ao sepultamento de uma senhora numa casa-túmulo no mesmo espaço físico do terreno onde estava a casa da família.

CONCLUINDO PARA CONTINUAR

Nas Irmandades da Boa Morte, sobretudo na de Cachoeira, estamos diante de um sincretismo religioso, que é um termo que está desgastado, mas que, por outro lado, pode ser visto como uma palavra técnica que busca englobar todas as outras surgidas para substituí-la. Na verdade, o sincretismo é um fenômeno que caracteriza a história das religiões. No contato diacrônico entre os diversos grupos, um assimila do outro algum elemento que pode até predominar no grupo de origem. No caso da Boa Morte há, com muita clareza, essa dupla pertença.

Num seminário sobre a Boa Morte, realizado na Câmara de Cachoeira em 2006, num dos dias da Festa, o professor Ubiratã de Castro, defende, apesar de reconhecer que sincretismo seja uma palavra já consagrada, em substituição a ela, o uso do termo negociação. Subjacente à idéia de negociação há uma outra que é a do conflito. E o desfecho não é a vitória de um sobre o outro. Mas, ao contrário, é de repor uma situação. Nessa conferência ele lembrou que essa Irmandade “só podia vingar em Cachoeira, pois aqui há um ambiente para a negociação dos conflitos”. Cachoeira é a porta do sertão e lá a economia foi diversificada: açúcar, fumo. Na guerra da Independência ela se destaca, e daí o seu epíteto de “A Heróica”. Aliás, lembro ainda um artigo da professora Consuelo Ponde de Sena, intitulado: “Cachoeira, a heróica, agoniza” (A TARDE, 06/11/2004). O texto mostra o abandono em que a cidade se encontrava à época, hoje já mediado por grandes obras de restauração realizadas por meio de entidades nacio-

nais. A representação de Cachoeira é tendente à liberalidade, por exemplo o 2 de Julho, no município é antecipado para o 25 de Junho – “o federalismo é cachoeirano o abolicionismo também”, comenta o professor de Castro. Lá predominava não um mercado clássico, mas um “trade” – ponto de convergência e de distribuição de escravos. O famoso Chacha, da família “de Souza”, ainda hoje com extensa prole no Togo e Benin, que encontrei na ocasião da minha viagem a esses dois países, era também de Cachoeira.. Tudo isso permite uma realimentação constante com a África e garante a manutenção das tradições.

Desse modo, a negociação estava lançada. Sem conhecer a religião dos brancos, era impossível para o negro garantir as suas raízes afas – por isso, era necessário negociar com os santos católicos. Bastide (Apud COSTA, 2005, p. 10) elogiando a sensibilidade religiosa dos negros, diz que eles ao verem a expressão do catolicismo barroco, com procissões, opas, cores, cânticos, incenso, tudo isso impressionou os escravos e, “sem abrir mão da sua religião, ficou com as duas”.

A Boa Morte é o lugar do encontro de todas essas tradições, é um ponto de chegada. Para a Boa Morte, apropriando-se do Novo Testamento (Apocalipse, 11,19), a primeira Eva se torna a Mulher-Ideal, a Nova Eva, é “a mulher vestida do sol, tendo a lua debaixo dos pés, com uma coroa de doze estrelas”.

Há uma necessidade “natural” na pessoa humana em sacralizar o mundo. Sem essa dimensão a vida não tem sentido e a integração entre os dois mundos torna-se impossível. Nesse ponto de vista pode-se afirmar:

Toda religião é uma expressão sócio cultural de fé, de um encontro com o divino, ela elabora uma visão global e total sobre o homem e o universo; de sua origem, do seu dever, do sentido e do futuro. Nas religiões articulam-se os grandes temas que movem as consciências e as buscas huma-

nas radicais: o sentido da vida, do mal, da dor, e da morte; elabora-se um discurso sobre o divino e tematiza-se a dimensão do homem voltada para o incondicionado e absolutamente importante na vida. (WERNET, 1987, p.4).



A festa da Boa Morte, é uma celebração muito especial para aqueles que estão no Oriente cristão e lá é chamada de Dormição. Os ícones, pinturas religiosas que retratam cenas da Bíblia, dos Evangelhos, mas sobretudo de Maria, dão um lugar especial para essa cena da Dormição. Esse termo quer refletir a crença de que Maria não teve o corpo corrompido após a sua morte. Mas a morte foi um dormir na terra para acordar no céu. Com outras palavras, ela foi a primeira criatura a acompanhar seu Filho Ressuscitado, subindo ao céu em corpo e alma. O termo Assunção veio bem mais tarde e se emprega, sobretudo, na Liturgia Latina no Ocidente. Essa crença entrou no Ocidente através da influência do Oriente cristão. Os cristãos honram, com esse título, a Mãe de Deus que termina sua peregrinação terrestre de uma maneira extraordinária. Em Roma, nas mais antigas igrejas dedicadas a Maria, como a de Santa Maria Maior e a de Santa

Maria do Trastevere, pode-se apreciar mosaicos que são reflexos dessa influência bizantina no Ocidente. Lá Maria está repousando no seu último sono. Atrás dela está o Cristo, Filho e Salvador, tendo nos braços a alma de sua Mãe, sendo esta representada por uma menina. Em torno dela estão os apóstolos e os anjos.

As Irmandades da Boa Morte são detentoras dessa crença e dessa devoção dos primórdios do cristianismo, crença que ultrapassa o conhecimento histórico delas. Filhinha é uma fiel guardiã dessa tradição, por isso merece esta homenagem. A Irmandade da Boa Morte de Maragóipe ressuscita através desses dois ícones lá descobertos.

Concluo com uma citação de S. Germano, Patriarca de Constantinopla, que na Questão Iconoclasta (725), lutando contra o Imperador que queria destruir as imagens, fez uma famosa Homilia sobre a Boa Morte, a Dormição de Maria:

Eu repito com toda exultação de minha alma: Verdadeiramente, ó Maria, tu emigraste dessa terra, mas tu jamais te afastaste do povo cristão. Tu jamais te afastaste desse mundo que envelhece, tu que como o Cristo, tens a vida incorruptível (...) Tu que és um vaso sagrado que recebeu a Deus, tu não podias te dissolver no pó da morte corruptível. Aquele que se encarnou em ti, existe desde o início dos tempos. Era, pois, conveniente, que a Mãe da Vida, fosse, igualmente, companheira da Vida. E que, após ter acolhido a morte como um sono, essa Mãe da vida fizesse sua partida dessa terra à maneira de um sono. (DONADEO, 1984, p.133).

REFERÊNCIAS

- GENNEP, Arnold, **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978
- VERGER, Pierre. **Orixás, deuses iorubas na África e no novo mundo**. Salvador: Corrupio, 1999
- WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)**. S. Paulo: Ática, 1987
- BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil**. II vol. A. Paulo, 1971
- BAYARD, Jean-Pierre. **Sentido oculto dos ritos mortuários, morrer é morrer?** S.Paulo: Paulus, 1996
- BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2001
- BERGMAN, Michel. **Nasce um povo**. Petrópolis: Vozes, 1978
- BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais - séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: UFJF, 2005
- CAETANO, Vilson. **Roda o balaio na porta da igreja, minha filha, que o santo é de candomblé: os diferentes sentidos do sincretismo afro-católico na cidade de Salvador**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) PUC, São Paulo, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade da cidade de Natal**. 3 ed. Natal: IHG/RN, 1999

CASTRO, Armando. **Irmãos de Fé-Tradição e turismo no Recôncavo Baiano**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006

COSTA, Sebastião Heber Vieira. **A Festa da Boa Morte de Cachoeira e o Ícone Ortodoxo da Dormição de Maria**. In: Seminário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nos 500 anos da Bahia de Todos os Santos. Salvador: IGHB, 2001

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 13 ed. Petrópolis – RJ.: Vozes, 2004.

DONADEO, Maria. **Ícones de la Mère de Dieu**. Paris: Mediaspaul & Paulines, 1984

FARIAS, Eny Cleide Vasconcelos. **Interpretação do Patrimônio – Histórias contadas pela comunidade**. Salvador: Gráfica dos Salesianos, 2007

FONSECA, J. **As religiões afro-brasileiras – Questão à Pastoral e à Teologia da Igreja Católica**. Dissertação de Mestrado. Paris: Institut Catholique, 1983

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 2000

_____. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. S. Paulo: Atlas, 1995

LODY, Raul. **Devoção e culto a Nossa Senhora da Boa Morte: pesquisa sócio-religiosa**. Rio de Janeiro: Altiva Gráfica e Editora Ltda, 1981

MONTEIRO, Antônio. **Notas sobre os negros Malês na Bahia**. Salvador: Ianamá, 1987

MORAIS FILHO, Melo. **Festas e tradições populares no Brasil**. São Paulo :Radiouro, 1946

POLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1992

RIBEIRO, René. **Cultos afro-brasileiros do Recife**. Recife: FJNPS, 1978 (Série Estudos e Pesquisas)

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino**. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975

TAVARES, Odorico. **Bahia: imagens da terra e do povo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964

THEO. **L'Encyclopédie, catholique pour tous**. Paris: Droguet e Ardant, Fayard, 1993

UDAETA, Carolina; VIANA, Isis. **As Encomendadeiras de Alma: a ladainha da morte**. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) Faculdade 2 de Julho, Salvador, 2006

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.